



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO - FECAMPO

IRACY GOMES DE SOUSA

**TRAJETÓRIA E IMPORTÂNCIA DA E.M.E.F. CARLITO MAIA NO ACAMPAMENTO  
DALCÍDIO JURANDIR**

MARABÁ – PA  
2023

IRACY GOMES DE SOUSA

**TRAJETÓRIA E IMPORTÂNCIA DA E.M.E.F. CARLITO MAIA NO ACAMPAMENTO  
DALCÍDIO JURANDIR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, como requisito parcial, necessário para obtenção do Grau de Licenciatura em Educação do Campo.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Msc. Ailce  
Margarida Negreiros Alves.

MARABÁ – PA  
2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará Biblioteca**  
**Setorial Campus do Taurizinho**

---

S725t Sousa, Iracy Gomes de  
Trajetória e importância da E.M.E.F. Carlito Maia no  
Acampamento Dalcídio Jurandir / Iracy Gomes de Sousa. — 2024.  
57 f. : il. color.

Orientador(a): Ailce Margarida Negreiros Alves.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade  
Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Humanas,  
Faculdade de Educação do Campo, Curso de Licenciatura Plena  
em Educação do Campo, Marabá, 2024.

1. Educação rural - Eldorado dos Carajás (PA). 2. Educação -  
Aspectos sociais. 3. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem  
Terra (Brasil). 4. Assentamentos humanos - Eldorado dos Carajás  
(PA). I. Alves, Ailce Margarida Negreiros, orient. II. Título.

---

CDD: 22. ed.: 370.19346098115

Elaborado por Adriana Barbosa da Costa – CRB-2/994

IRACY GOMES DE SOUSA

**TRAJETÓRIA E IMPORTÂNCIA DA E.M.E.F. CARLITO MAIA NO ACAMPAMENTO  
DALCÍDIO JURANDIR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, como requisito parcial, necessário para obtenção do Grau de Licenciatura em Educação do Campo.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Msc. Ailce Margarida Negreiros Alves.

Data de Aprovação: Marabá, 26 de fevereiro de 2024

Conceito: \_\_\_\_\_

Banca Examinadora:

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Msc. Ailce Margarida Negreiros Alves (Orientadora)  
(Faculdade de Educação do Campo – FECAMPO/UNIFESSPA)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. João Pedro Antunes de Paulo  
(Faculdade de Educação do Campo – FECAMPO/UNIFESSPA)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Bonfim Queiroz Lima  
(Faculdade de Educação do Campo – FECAMPO/UNIFESSPA)

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, segundo a minha mãe Maria Osmarina que sempre me incentivou a estudar, ela que me ajudou nos momentos que eu estava desanimada, sem condições de continuar a estudar, ela me inspirava a continuar. Ela não teve a chance de estudar quando era criança, meu avô não permitia, foi ela que me deu a luz a vida, e a razão do meu viver. Ao meu filho Carlos Eduardo que me dava força e coragem para continuar, mesmo passando por momentos bem difíceis nessa trajetória de Tempo Universidade. Muitas vezes não tinha condições de voltar para casa aos finais de semana, meu filho sempre me entendia e sempre que dava eu voltava para casa cheia de saudades, ele me recebia com um abraço e beijos, e eu me sentia cheia de forças e esperança de dar um futuro melhor para ele. Ao meu pai que de alguma forma esta vendo, tenho certeza que ficaria muito feliz ao ver eu conseguir me formar professora, uma profissão que ele achava admirável. Sua leitura era muito pouca, mas eu lembro que ele era muito grato ao seu professor na época de escola. Obrigada por tudo.

A cada um da família que acreditou em mim, que me ajudou de qualquer forma: financeiramente ou em orações. A minha irmã Iracilda Gomes de Sousa cuidou do meu filho quando eu não estava presente. Só tenho a agradecer amada. A minha irmã Neci Gomes de Sousa pelas orações, não posso esquecer do meu ex companheiro Francisco Santana que cuidou do nosso filho quando minha irmã não estava presente. Obrigada por tudo. Quero agradecer ao meu grande amigo Alan Leite por ser sempre um amigo humilde, prestativo, sempre que eu tinha dúvidas o procurava, e como sempre, ele ajudava com maior carinho. Tenho uma grande admiração e carinho por essa pessoa que eu levarei para vida toda, pode contar comigo sempre.

Aos meus professores: Dr. Jerônimo, Ma. Ailce Margarida, Dra. Maria Neusa, Dr. Rodrigo Muniz, a todos que foram muito importantes para mim, mas esses citados marcaram minha história no espaço acadêmico.

Meus colegas de turma que sempre me deram apoio e me ajudaram dona Neci Gomes, Antônia Kátia, Gerlane Reis, Cleubia, Wanderlan, Janaina, Raimundo, em especial minha amiga Katia, você é uma pessoa maravilhosa muitas vezes me ajudou nos trabalhos me dando aquela orientação extra você ficará para sempre em minha vida.

## RESUMO

A Escola Carlito Maia e o Acampamento Dalcídio Jurandir, objeto deste trabalho, se constituem como espaço transgressor e de defesa de direitos e suas histórias se entrelaçam. O acampamento fica no município de Eldorado dos Carajás onde na antiga fazenda Maria Bonita, região palco de inúmeros conflitos por terra e onde ocorreu o massacre de 19 Sem Terras. A Escola é parte desse Acampamento, localizada na BR155. São objetivos deste trabalho: entender melhor a importância da Escola Carlito Maia no processo de existência e resistência do Acampamento Dalcídio Jurandir, fazer um levantamento da história do acampamento e da escola; Refletir sobre a luta pela terra e a importância da escola no processo de territorialização dos acampados. Fundamentam esta reflexão, entre outros: AFONSO (2016); FREIRE (2003); SANTOS E GARCIA (2020); GOLDENBERG (2011); FERNANDES (2012), entre outros. A metodologia utilizada se baseou no estudo de caso, por se tratar apenas da Escola Carlito Maia e o Acampamento Dalcídio Jurandir. Partimos da pesquisa qualitativa, uma vez que buscamos ouvir os sujeitos, as famílias, buscando ouvir seus anseios, suas dificuldades e seus projetos de vida, em entrevistas gravadas. Usamos também as pesquisas desenvolvidas em tempo comunidade. Como resultados iniciais, a confirmação da escola como espaço fundamental para a territorialização das famílias acampadas; por suas múltiplas significações. A presença da escola no Acampamento garante, mesmo fora das políticas públicas, e dentro de um território transgressor o acolhimento das crianças em processos pedagógicos com educadores voluntários, bem como o acolhimento das famílias em processos de resistência: reuniões e discussões coletivas.

**Palavras-chave: Escola Carlito Maia. Acampamento Dalcídio Jurandir. Movimento Sem Terra. Eldorado dos Carajás**

## ABSTRACT

The Carlito Maia School and the Dalcídio Jurandir Camp are the objects of this work and are transgressive spaces, defending rights and their histories are intertwined. The camp is located in the municipality of Eldorado dos Carajás, where the old Maria Bonita farm used to be. This region has been the scene of countless conflicts over land, including the massacre of 19 landless people. The school is part of this encampment, located on the BR155 highway. The objectives of this work are: to better understand the importance of the Carlito Maia School in the process of existence and resistance of the Dalcídio Jurandir Camp; to survey the history of the camp and the school; to reflect on the struggle for land and the importance of the school in the process of territorialization of the campers. This reflection is based on, among others: AFONSO (2016); FREIRE (2003); SANTOS E GARCIA (2020); GOLDENBERG (2011); FERNANDES (2012), among others. The methodology used was based on a case study, as it only dealt with the Carlito Maia School and the Dalcídio Jurandir Camp. We used qualitative research, as we sought to listen to the subjects, the families, in order to hear their desires, their difficulties and their life projects, in recorded interviews. We also used research carried out during community time. The initial results confirm that the school is a fundamental for the territorialization of the encamped families; for its multiple meanings. The presence of the school in the Camp guarantees, even outside public policies and within a transgressive territory, the reception of children in pedagogical processes with volunteer educators, as well as the reception of families in processes of resistance: meetings and collective discussions.

**Keywords: Carlito Maia School. Dalcídio Jurandir Camp. Landless Movement.**

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Região de Integração do Carajás e Localização da área do estudo.....	15
Figura 2. Geografia, infraestrutura e moradias do acampamento Dalcídio Jurandir.....	21
Figura 3. Ato no Acampamento Dalcídio Jurandir, ocorrido em 2019. ....	26
Figura 4. Entrada do Acampamento Dalcídio Jurandir. ....	30
Figura 5. Estrutura da Escola Carlito Maia. 2023.....	37
Figura 6. Estudantes assistem a instalação da primeira TV da Escola Carlito Maia.....	38
Figura 7. Estudantes entregam folhetos sobre a Dengue (5º ano/ Prof. José Nilson). ....	38
Figura 8. Aula no Campo de Futebol (2º ao 5º ano) com três professores Educação Física	39
Figura 9. Equipe do INCRA, Marabá, faz vistoria na Escola. ....	40
Figura 10. Imagens da estrutura da Escola Carlito Maia .....	41



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

Câmara de Educação Básica – CEB

Comissão da Pastoral da Terra – CPT

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG

Conselho Nacional de Educação – CNE

Educação de Jovens e Adultos – EJA

Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio – EEEFM

Federação dos Trabalhadores em Agriculturas Familiares – FETAGRI

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

Partido Social Democrata Brasileiro – PSDB

Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC

Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO

Programa Nacional de Reforma Agrária – PRONERA

Programa Nacional do Livro Didático – PNLD

Projeto Político Pedagógico – PPC

Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR's

Sistema de Material Didático – SIMAD

Sistemas AgroFlorestais – SAF's

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA

# SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	11
2 “RESISTIR PARA EXISTIR”: A EXPERIÊNCIA DO ACAMPAMENTO DALCÍDIO JURANDIR .....	15
2.1 A Ressignificação do Lugar pelas famílias Sem Terra .....	25
2.2 A resistência cotidiana: a produção com base na agroecologia.....	31
3 E. M. E. F. CARLITO MAIA: O PEDAGÓGICO E A LUTA PELA TERRA .....	34
3.1 Estrutura Física e quadro de funcionários da Escola .....	40
4 O PAPEL DA ESCOLA NA TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA .....	43
4.1 Educação do Campo, uma conquista: caminho necessário por vida digna em territórios camponeses .....	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	55

## 1 INTRODUÇÃO

Ter a Escola Carlito Maia do Acampamento Dalcídio Jurandir como foco de estudo, é se dispor a entrar num mundo complexo da educação constituído de sujeitos Sem Terra, suas organizações, suas pautas em relação a educação, terra e território, além do nebuloso mundo das políticas públicas das esferas federal, estadual e municipal. Sabemos que essa nunca foi uma pauta prioritária dos governos, a escola, especialmente do campo é construída no calor das lutas por terra e território, uma vez que compreendemos a escola e a educação como essenciais para a garantia da permanência na terra, assim como a Escola se torna uma aliada nessa luta.

É importante esclarecer que não estamos falando de qualquer escola e de qualquer educação, muito menos do modelo de escola e educação europeia. Aliás, a nossa, chamada de escolinha do acampamento, foge totalmente ao padrão formal tanto em conceito como em currículo, pelo menos enquanto o movimento de luta pela terra se encarrega da escola. Está claro para nós que queremos uma escola do campo e para o campo, da mesma forma uma educação diferenciada que não nos ensine negar nossas raízes, histórias e identidades, mas uma escola que dialogue com nossos saberes, conhecimentos e nos valorize enquanto sujeitos do campo. Assim falamos de uma escola e uma educação na perspectiva freireana, que desperte nossa autonomia, que alimente nossas culturas, que seja crítica e que forme cidadãos conscientes de seu papel na história. Neste caso a educação seria “um fator fundamental de reinvenção do mundo” (FREIRE, 2003). A rebeldia dos povos do campo, e em particular do sujeito Sem Terra, nos processos de reivindicação, construção e reinvenção da escola pode se ancorar ou residir no sentido que defende Paulo Freire.

Vale salientar que esta não tem sido a realidade das escolas do campo, já que estas nunca foram prioridade para os governos. A precarização nos transportes escolares, a falta de infraestrutura, o fechamento das escolas do campo são fruto de um projeto hegemônico de sociedade. Em menos de 20 anos foram fechadas 69.906 escolas no campo, tirando o direito dos filhos de camponeses, trabalhadores (as) dos campos, das florestas e das águas à educação em seus territórios, a partir de suas vivências e culturas. Conforme Santos e Garcia (2020):

É possível perceber que no ano de 1995 eram 136.825 escolas ativas no campo, mas no ano de 2014 tinham apenas 66.919 escolas ativas, uma

diminuição de 69.906 mil escolas (PEREIRA, 2017). Destacamos que não encontramos estatísticas nos anos posteriores a 2014 sobre o número de escolas públicas, impossibilitando-nos novas análises. Mas, por meio desses dados temos a possibilidade de entender que as ações de fechamento de escolas coadunam com um governo neoliberal, no qual age de maneira a destituir o direito de ter uma escola pública por parte da classe trabalhadora. (SANTOS E GARCIA, 2020, p. 13)

Reforçando, observamos a importância das escolas do campo na luta contra hegemônica frente ao modelo do grande capital, nos processos de formação e emancipação dos trabalhadores (as). Neste sentido, o trabalho tem como foco discutir o papel da escola do campo, no processo de territorialização camponesa, tendo como parâmetro a experiência e trajetória da E.M.E.F. Carlito Maia, no Acampamento Dalcídio Jurandir.

O Acampamento Dalcídio Jurandir onde está localizada a escola em estudo se constituiu ao longo da sua história como espaço transgressor ao estabelecido e de defesa de direitos. O processo de constituição do acampamento foi marcado por um encadeamento de violências, uma vez que as famílias já vinham de processos de exclusão, expulsão, vivendo deslocamentos sucessivos, ameaças constantes, por forças das circunstâncias econômicas e sociais que os vulnerabilizavam cotidianamente. Estas já haviam sofrido processos de deslocamento, migrado de outra área, antes denominada Cabanos, onde era a antiga Fazenda Baguá.

Dessa forma, este trabalho tem o papel de observar e refletir sobre a trajetória vivenciada e construída pelas famílias do acampamento, a partir do papel da escola no processo de resistência dos acampados na terra, e mostrar como estas famílias enfrentam as barreiras e os desafios que se apresentam.

Dessa maneira, está entre os objetivos entender melhor a importância da Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlito Maia no processo de desenvolvimento do Acampamento Dalcídio Jurandir, bem como trazer conhecimento a respeito de sua trajetória, uma vez que a escola existe e resiste desde 2009, enfrentando as mais adversas situações. Assim, como os objetivos específicos são: Fazer um levantamento da história do acampamento onde está localizada a escola; Refletir sobre a luta pela terra e seus impactos na escola; Construir a história da escola; Identificar sua importância no processo de territorialização dos acampados e refletir sobre as práticas pedagógicas utilizadas na escola.

Dessa forma as questões norteadoras deste trabalho são: Como se dá o processo de luta pela terra no Acampamento Dalcídio Jurandir, região de Carajás? Como se deu a

constituição da Escola Carlito Maia? Qual o papel da escola na territorialização camponesa no Acampamento Dalcídio Jurandir?

Na busca de cumprir os objetivos e responder as questões da pesquisa, a metodologia deste trabalho, pode ser definida aqui como um estudo de caso, por se tratar apenas de uma escola e um território; que é o Acampamento Dalcídio Jurandir. O estudo de caso segundo Goldenberg, trata-se de “uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos” (GOLDENBERG, 2011, p. 33), isso como parte da pesquisa qualitativa, uma vez que buscamos ouvir os sujeitos coletivos, as famílias do acampamento, os sujeitos da escola, buscando ouvir seus anseios, suas dificuldades e seus projetos de vida, em entrevistas gravadas.

Vale dizer também que a pesquisa se ancora nos trabalhos de pesquisa desenvolvidos em alternância pedagógica, quando a Faculdade de Educação do Campo realiza o Tempo Comunidade, do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Neste caso a pesquisa tem o status de ser um princípio educativo, como preconiza o Projeto Político Pedagógico (PPC) do Curso (FECAMPO, 2018). No entanto acrescido de outros dados importantes que nos permitiram aprofundar o trabalho.

Pelo menos três elementos compuseram nossa metodologia. A primeira coisa é o fato de eu ser membra da comunidade, ou seja; ser uma acampada, e ainda exercer o trabalho de educadora na escola, e assim, não estou apenas fazendo uma pesquisa, mas acumulando dois papéis: pesquisadora e sujeita da pesquisa, numa relação maior com o universo pesquisa. A segunda é que priorizamos a pesquisa participante pelo fato de ser parte da localidade pesquisada e o terceiro é além da pesquisa bibliográfica, fizemos observações, usando a técnica da observação participante, além do levantamento documental e entrevistas gravadas.

A revisão da literatura incluiu além de livros e ou capítulos, também diversos artigos disponíveis na internet e documentos, tais como:

- A Constituição Federal de 1988;
- A lei nº 9.394/1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

A difícil lógica do sistema de colonização europeia, nas sociedades latino americanas, instala-se no Brasil um processo educacional importado da Europa, especificamente de Portugal, mas que ao longo dos anos e conforme conjuntura, vem sofrendo

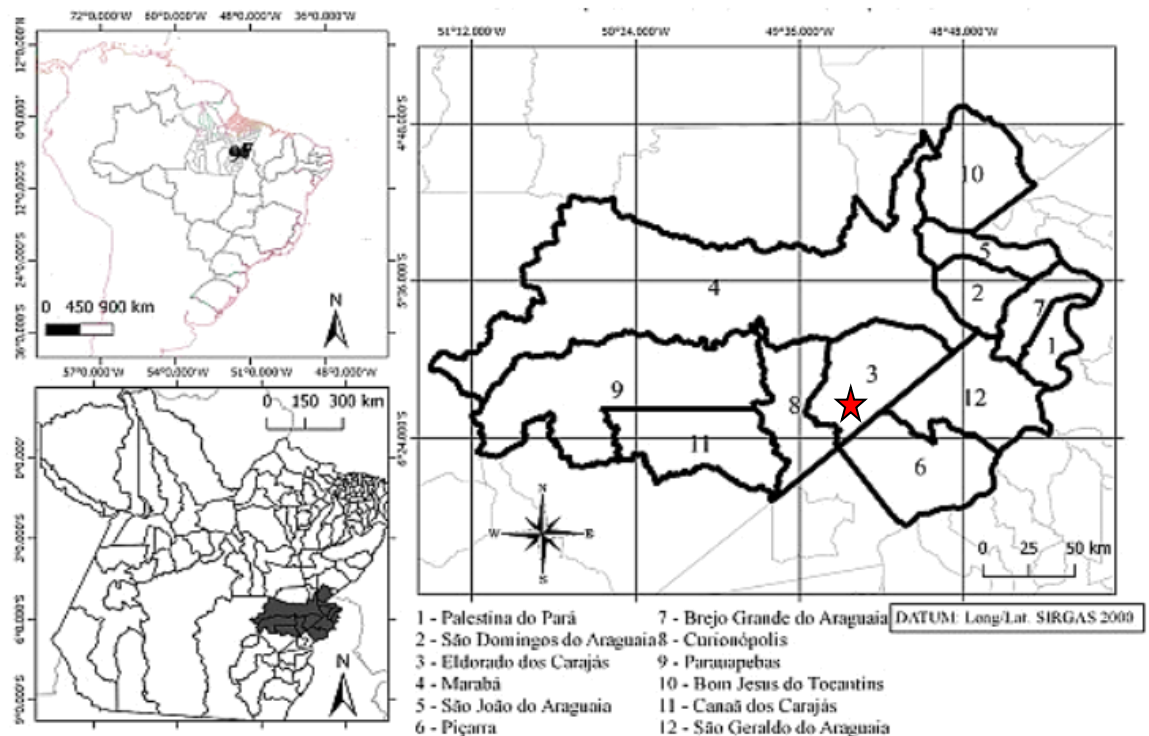
significativas transformações, tendo em vista as necessidades exigidas pela sociedade que se constitui e se modifica ao longo do curso da história. Sendo produto dessas vivências e de processos de dominação, a educação brasileira materializa-se com forte tendência de se centrar em competências de trabalho, visando a limitada formação de mão de obra, apresentadas pelas exigências de mercado. Nesse caso, o professor é obrigado a acompanhar as mudanças curriculares, tendo em mente a demanda e importância de buscar novos conhecimentos e metodologias para sua especialização, buscando recursos que possam ampliar a aprendizagem e promover novos saberes aos seus alunos (BRASIL, 2002).

Dito isto, e tentando dar conta desse complexo debate, nosso trabalho está organizado em três capítulos, sendo o primeiro sobre a história e trajetória do Acampamento Dalcídio Jurandir. O segundo mostra a trajetória da escola ao longo do tempo desde sua constituição no acampamento e o terceiro trata de reflexões acerca do papel da escola no processo de territorialização camponesa, apresentamos algumas atividades e também tratamos um pouco sobre a educação do campo.

## 2 “RESISTIR PARA EXISTIR”: A EXPERIÊNCIA DO ACAMPAMENTO DALCÍDIO JURANDIR

A resistência camponesa na região de Carajás se dá todos os dias e com diferentes estratégias coletivas e individuais. “Resistir para existir” tornou-se o lema da luta das famílias Sem Terra, conforme anuncia Alan Leite, artista popular, jovem camponês Sem Terra, no Programa de rádio Brasil de Fato, em entrevista dada à Catarina Barbosa (apresentadora), em 8/11/2019.

A região de Carajás aqui citada compreende todo o entorno da mina de Carajás e de exploração da mineração, envolvendo principalmente os municípios de Marabá, Eldorado dos Carajás, Curionópolis, Canaã do Carajás e Parauapebas. Este último município, de forte referência na extração do ferro pela empresa Vale S/A, onde tudo começou. Por ser o foco da mineração, já se imagina as dificuldades que as famílias que vivem do trabalho na terra sentem e enfrentam cotidianamente. Estas estão cercadas de áreas requeridas tanto pela mineração, como pelo agronegócio. Sabemos que camponês Sem Terra não está nos planos ditos de “desenvolvimento”. Assim aqueles que lutam e resistem na terra só incomodam, e os negociadores do lucro precisam retirá-los do caminho.



**Figura 1.** Região de Integração do Carajás e e Localização da Área do Estudo.  
**Fonte:** (ALVES et al., 2018).

A figura 1 mostra o mapa e a geografia da região de integração onde se insere a área de estudo. Eldorado ocupa o centro dessa região, marcado com o número 3, fronteira com Marabá, Curionópolis, São Geraldo do Araguaia e Piçarra. Esta região faz parte do que é chamado de Região de Integração (RI) Carajás que é constituída por 12 municípios: Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Palestina do Pará, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, Eldorado dos Carajás, Parauapebas e Marabá (PLANO PLURIANUAL 2016-2019, dezembro de 2015), no sudeste do Estado do Pará. De acordo com a FAPESPA (2015), os municípios de Marabá e Parauapebas exercem forte polarização sobre a região, que ao longo dos anos foram afetadas pelos processos de extração de recursos naturais e de indução ao acesso à terra, prioritariamente por conta da pecuária e que por este motivo houve um intenso processo migratório.

Eldorado dos Carajás é um pequeno município que abriga muitos agricultores e outros trabalhadores diversos, gente humilde. Cortado pela PA 155, principal rodovia eixo que transporta dia e noite materiais, equipamentos, diversos para garantir a estrutura e funcionamento da mineração e do agronegócio e também produtos dessas frentes de atuação. De acordo com os dados do IBGE de 2022, o município de Eldorado dos Carajás, tem uma população estimada de 34.069 pessoas, sendo que o último censo realizado foi em 2010, que calculou 31.786 pessoas, indicando uma densidade demográfica de 10,75 habitantes por metros quadrados. Levantamento feito pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA diz que a população do campo totaliza aproximadamente 11.789, a pesquisa aponta que o município tem 64% de sua área ocupada por assentamentos de Reforma Agrária. Os dados sobre trabalho e rendimento mostram que o salário médio mensal era de 2 salários mínimos, que indo ao percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até meio salário mínimo é de 47,9%.

Os dados oficiais da educação, mostra que a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade é de 93,4%. O número de estudantes que estavam matriculados no ensino fundamental é de 5.517 alunos, distribuídos em 35 escolas e no ensino médio é de 1.278 alunos, em apenas 2 escolas no município. O número de docentes era de 199 para o ensino fundamental e de 35 para o ensino médio.

É neste município Eldorado do Carajás que está localizado o acampamento Dalcídio Jurandir, na antiga fazenda Maria Bonita. Este acampamento é parte da luta



do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e fica situado justo na área onde ocorreu o Massacre da “Curva do S” em 1996. A cidade de Eldorado dos Carajás já é um município conhecido mundialmente por ser *locus* de barbaridades contra trabalhadores rurais.

Tal condição desumana que se configura nesta Amazônia, se dá dentro de um cenário de privilégio das elites, onde a mineração e o agronegócio são eleitos eixos centrais da economia local, setores com forte interferência tanto a nível nacional como internacional, e que condiciona uma lógica própria de apropriação da terra. Neste caso a terra não é de trabalho, mas de negócio e a natureza não é recurso de produção de vida, mas de lucro, tudo vira mercadoria para enriquecer alguns, especialmente os de fora, deixando os de dentro mais miseráveis e condenados a morte, se decidirem por uma incidência coletiva de desobediência que garanta a terra partilhada para trabalho. Tudo virou área de conflito, por que esses setores querem toda a terra para aumentarem seus capitais.

Nesta cidade foi assassinado Arnaldo Delcídio Ferreira, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Eldorado dos Carajás, em casa, no ano de 1993, o assassino nunca foi encontrado. Antes disso ele já havia sido vítima de um atentado, porém atingiu uma freira da Congregação do Amor Divino: Irmã Adelaide Molinari, religiosa da Igreja Católica, que apoiava as organizações populares na região principalmente os trabalhadores ligados aos sindicatos. Irmã Adelaide, foi atingida com um tiro no pescoço, na rodoviária local, porém o alvo era Arnaldo Delcídio. (CRUZ NETO, 2022, p. 151). Em 1996, outra tragédia anunciada acontecia, justo no “eldorado” terra de realização dos sonhos, terra da esperança de dias melhores, no entanto, contraditoriamente foram executados cerca de 21 trabalhadores Sem Terra, mortos em uma chacina organizada pela Polícia Militar (PM), do Governo do PSDB (Partido Social Democrata Brasileiro), Almir Gabriel próximo à área de Eldorado em um ponto conhecido como “Curva do S”.

Esta tragédia ocorreu devido à ocupação de 3,5 mil famílias na antiga Fazenda Macaxeira, que a princípio o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) haviam garantido a permanência destas famílias na Reforma Agrária, porém tudo mudou devido a um laudo que considerou a terra produtiva, e desta forma beneficiando o latifundiário. Em protesto e em luta e resistência, cerca de 1,5 mil camponeses saíram pela BR-155 com destino a Belém. Neste percurso foram cercados por 150 homens da PM, que executou os trabalhadores Sem Terra, como

citado anteriormente. O Estado como sempre protegendo o grande, contou com a ajuda da Vale (grande mineradora do Carajás) que deu os ônibus para levar os policiais. Numa cena covarde onde o estado está armado até os dentes com armas pesadas, enquanto os trabalhadores se protegiam com pedaços de pau.

De acordo com Barreira, (1999), para as famílias acampadas, que são trabalhadoras rurais, aquelas que cultivam a terra e produzem alimentos para sua sustentação, fazendo da terra a sua fonte de alimento e existência, esta fazenda era improdutiva. Conforme o INCRA, são indicadores utilizados pelo para vistoriar o a grande propriedade para medir se o imóvel é produtivo o GEE (Grau de Eficiência da Exploração) e GUT (Grau de Utilização da Terra). Estes indicadores que podem medir se a terra é ou não produtiva conforme exige a lei. A Constituição Federal e a Lei 8.629 de 1993, coloca como um dos indicadores a pouca ou a zero exploração econômica da terra, colocando a propriedade situadas dentro destas situações como não cumprindo a função social e portanto passível de desapropriação. GOVERNO FEDERAL/MDA/INCRA, 2020 s/p):

O imóvel cumpre a função social se for explorado adequadamente (GEE igual a 100% e GUT superior a 80%); se utiliza adequadamente os recursos naturais e preserva o meio ambiente; se observa as disposições que regulam as relações de trabalho e não utiliza mão de obra em condição análoga à da escravidão; e se a exploração da terra tem por objetivo o bem estar dos trabalhadores e proprietários. GOVERNO FEDERAL/MDA/INCRA, 2020 s/p)

Conhecedores de seus direitos e das Leis, as famílias acampadas tem clareza das ilegalidades existentes e no descontrole do Estado sob as terras, e baseados nessas fragilidades e intencionalidades de tudo isso, reivindicam a desapropriação da área, com base no artigo 184 da Constituição Federal que diz:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusulas de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Os anos 90 se abriram como um verdadeiro faroeste neste município ironicamente chamado Eldorado, nome que se contradiz com as barbáries cometidas nessas terras. A incidência camponesa coletiva de ocupação, e em luta (re)significa o lugar construindo espaços coletivos, produção agroecológica, porém sem muito sucesso por que o lugar está tomado pela lógica capitalista do agronegócio e da mineração.

E foi nessa perspectiva que camponeses Sem Terra ocuparam a fazenda, e deram outro nome. De Maria Bonita, passa a ser chamada de Dalcídio Jurandir, nome de um escritor amazônida, o que conferiu outro sentido ao espaço, uma perspectiva mais coletiva e voltada para a reprodução da vida e fortalecimento de um campesinato que cresce a cada dia. Assim, ouvimos narrativas que dizem da importância do acesso à terra por aqueles e aquelas que realmente vivem e trabalham e dependem da terra. Acampamento é um território em construção, no conceito do Dicionário da Educação do campo é:

Acampamento é um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia. O acampamento é uma manifestação permanente para pressionar os governos na realização da Reforma Agrária. Parte desses espaços de luta e resistência é resultado de ocupações de terra; outra parte está se organizando para preparar a ocupação da terra. A formação do acampamento é fruto do trabalho de base, quando famílias organizadas em movimentos socioterritoriais se manifestam publicamente com a ocupação de um latifúndio. (FERNANDES., 2012. p 24).

Assim é o Acampamento Dalcídio Jurandir, espaço de luta pela terra, cujo nome se dá prestando uma merecida homenagem ao escritor paraense Dalcídio Jurandir. Romancista, negro, nortista, jornalista e professor no Estado do Pará, onde seu legado marca uma postura contra a criminalização dos Movimentos Sociais e fortalece a luta política dos mesmos (Fonte: MST, 2022). Marajoara, escreveu o romance *Chove nos Campos de Cachoeira*, em 1929, publicado em 1941, onde o personagem Eutanázio o levou a fazer parte do Grito do Absurdo da literatura moderna (PRESSLER, *online* s/d). Nunes (2000), citado por Pressler (s/d) afirma numa reflexão acerca do uso do espaço da literatura por esse romancista: “A literatura, diga-se, é espaço privilegiado para ler os desconcertos do mundo, ela abre fissuras e faz nosso olhar desprender-se da monotonia, da massificação da informação e da pretensa objetividade dos discursos oficiais” (PRESSLER s/d).

O escritor Dalcídio Jurandir falava de um povo sofrido, de seus pesares, de suas necessidades e do estado de abandono principalmente do povo ribeirinho, e assim representou outras vozes na enorme Amazônia. Daí também presente as vozes do povo de outros campos como os do Acampamento em estudo.

Monteiro e Guerra (2020) dizem o seguinte sobre a escolha do nome para o acampamento:

A denúncia era um elemento presente em suas obras, principalmente em *O Marajó*, por apresentar os problemas do latifúndio que perduram de forma

excruciante, extremamente marcante. Se analisarmos o problema social que o Brasil tem presenciado no campo, Dalcídio Jurandir já trazia isso em sua obra.

As obras de Dalcídio mostram as contradições dos sujeitos, vivendo em condições sub-humanas. Por ser de inspiração marxista, procurava representar a Amazônia com suas mazelas, com seus problemas fundiários, sem perder de vista a qualidade literária em sua escrita. Nomear o acampamento em homenagem a esse escritor é reconhecer o humanismo de Dalcídio, sua luta e seu engajamento político, assim como representa transcender o olhar do militante ao romancista da Amazônia, que em prosa e versos escreveu sobre os anseios do povo amazônico, relatando suas mazelas e seus devaneios.

Desde o momento da ocupação aos anos de acampamento, a dramaticidade cotidiana é carregada de simbolismo, expresso nas místicas, nas camisas, nas palavras de ordem, na bandeira hasteada na frente do acampamento, nos bonés e em tantos outros elementos inumeráveis. Tudo isso exprime sentimentos, os mais variáveis desde as certezas, os medos e a esperança. (MONTEIRO E GUERRA, 2020, p.1241)

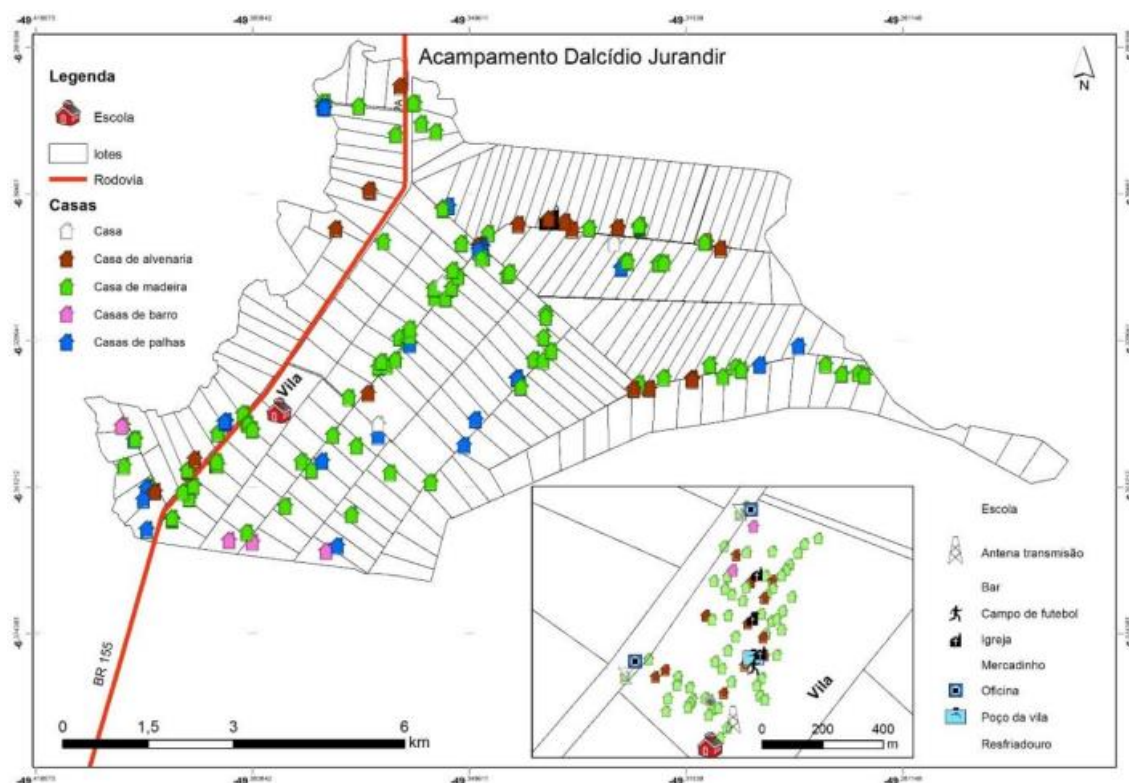
De cerca de 45 famílias, que ocuparam a área da Fazenda Maria Bonita em 2008, o número cresceu muito. Em um ano, aumentou quase nove vezes mais, passando para 390. As famílias foram organizadas em grupo para facilitar o diálogo entre elas, e garantir que todos pudessem participar das decisões e ter acesso a todas as informações que circulassem. Foram formados 39 grupos, chamados núcleos de base, que chegou a somar 812 moradores, sendo que destes quase 500 tinham mais de 15 anos de idade (HISTÓRIA DO ACAMPAMENTO DALCÍDIO JURANDIR, 2017). Em 2017, contabilizou-se 212 famílias e uma área de uso comum no tamanho de 3 lotes.

Este acampamento abastece o comércio local e até municípios vizinhos, com a produção e venda de farinha de mandioca, peixes, mais de 45 tipos de frutas, verduras e leguminosas, hortaliças que são comercializados em cidades próximas (MST, 2022).

A trajetória das famílias moradoras do acampamento foi e continua sendo atravessada por múltiplas formas de violência, exclusão e vulnerabilidade, dada a intensa desigualdade social típica da sociedade capitalista, a falta de direitos sociais básicos, além do fato de serem ignoradas pelo poder público. Estas já vinham de uma mudança de outra localidade conhecida com o nome de Cabanos, outra fazenda de nome Baguá. Mudança que implica em sacrifícios e perdas diversas, principalmente as crianças. Estas sofrem mais as consequências: contraem doenças, e ficam sem assistência à saúde; sem medicação, ficam fora da escola, enfim. No campo da produção, as famílias perdem animais para seu sustento e outros de estimação, além

de se desfazerem de seus pertences, peças de casa, por que não podem carregar. Esses processos de deslocamentos são muito violentos, e ninguém paga o prejuízo.

A existência do Acampamento é um exemplo concreto de Reforma Agrária feita pelo povo. O povo ocupa o latifúndio improdutivo e dá vida a ele. Faz a medição e a partilha dos lotes, demarca estradas, organiza a vila e a área coletiva, sem contar com o apoio do Governo. Assim o povo faz, o que era para o Governo fazer, por que a instituição oficial responsável por isso não dá conta ou não quer fazer, por que não está a serviço do povo que trabalha na terra, mas daquele que negocia a terra. E depois cada família vai se virando com a ajuda e a solidariedade dos demais, vão fazendo suas moradias como podem, de barro, de palha, de tábuas ou mesmo os que tem mais condições fazem de tijolo. O Mapa de Muniz; Reis (2017), apresenta a organização e a geografia do Acampamento.



**Figura 2.** Geografia, infraestrutura e moradias do acampamento Dalcídio Jurandir.  
**Fonte:** Muniz e Reis, 2017.

O Mapa mostra o formato do Acampamento e a distribuição das moradias. O Diagnóstico feito pelos professores da UNIFESSPA (MOREIRA et. al., 2017), identificou 222 casas que apresentam o seguinte quadro quanto ao material de construção: 18% são construídas de alvenaria; 64% de madeira; 10% são de barro; 7% de palha e 1% não especificada sua construção.

Um dos questionamentos levantados por Monteiro e Guerra, (2020), é o que leva centenas de famílias a se agruparem sob uma lona preta? Qual a simbologia disso? Os autores afirmam que esse movimento trás a simbologia de ruptura do contexto de sobra da sociedade, para um contexto de sujeito de direitos. Monteiro e Guerra (2020), dizem o seguinte:

Partir em busca da terra desconhecida, mas possível, é uma decisão difícil, custosa. Nela está a dramaticidade do momento, permeado de sentimentos dúbios relacionados aos enfrentamentos, as incertezas e o medo. Por outro lado, está o sonho da terra, simbolizando um novo momento na vida das famílias. MONTEIRO E GUERRA (2020, p.1234).

O Movimento Sem Terra (MST) surgiu em 1984, em um primeiro encontro dos trabalhadores rurais, identificado como o I Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, na cidade de Cascavel, Paraná, de acordo com Sena, (2014). O MST fica em torno de três principais lutas: terra, reforma agrária e mudanças sociais, e ao longo dos anos se tornou um dos movimentos mais influentes da América Latina (BARBALHO, 2014). O MST chegou no sul do Pará no auge da luta posseira pelas terras, organizada pelo movimento sindical. As lideranças da época que organizaram o novo movimento naquela região, eram lideranças sindicais que davam apoio na coordenação em torno da luta pela terra através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, sindicato conquistado das mãos de aliados do regime militar em 1985 (AFONSO, 2016). As lideranças, também faziam parte da construção política do PT no município, viam o MST como um meio de enfrentamento mais coletivo contra o latifúndio, assim como um espaço para formação política dos trabalhadores (AFONSO, 2016).

De acordo com Afonso, (2016), no final da década de 80 e início de 90 o MST tentou se instalar na cidade de Conceição do Araguaia, estado do Pará, pois a cidade era considerada como porta de entrada para imigrantes vindo de outros estados através da rodovia Belém-Brasília. Porém, em Conceição do Araguaia, a conjuntura não mais favorecia a cidade como sede para o MST, em primeiro lugar porque lá não tinha mais tantos imigrantes a procura de terras e depois, porque no município também não havia uma elite agrária que concentrasse grandes latifúndios que pudesse servir para a desapropriação (AFONSO, 2016). Acima disso, a cidade estava isolada dos principais meios de comunicação. Então o MST resolveu mudar-se para Marabá-Pará, em que havia extensas propriedades com grandes fronteiras de terras, bem como Marabá localizar-se mais próximo da capital Belém (AFONSO, 2016).

As primeiras investidas do MST de se implantar no município de Marabá não deram muito certo, pois havia uma soberania fazendária muito forte que tinha muita influência na política local e nos meios de comunicação o que acabou dificultando a territorialização do MST na região (AFONSO, 2016). Por este motivo o MST no início da década de 90 resolveu mudar seu foco para a cidade de Curionópolis – PA que tinha grandes propriedades de terra, mas que não tinha tanta pressão de uma soberania fazendária (AFONSO, 2016). Contudo, para Afonso (2016) a instalação do MST na região não foi nada descomplicada, pois dependeu e ainda depende de muitas lutas e de diversos conflitos para que o MST se territorializasse no sul e sudeste do Pará e com isso passar a lutar por uma reforma agrária.

Nos últimos anos, os massacres de trabalhadores rurais, as eliminações de adolescentes, as execuções realizadas por “justiceiros”, enfim, a escalada dos crimes de mando e dos crimes organizados tornaram-se lugar-comum na sociedade brasileira. Atualmente, pode-se dizer que, ao invés de mortes anunciadas, como ocorreu com diversos líderes camponeses a partir da década de 60 (João Pedro Teixeira, na Paraíba, em 1962; Chico Mendes, no Acre, em 1988; Margarida Alves, na Paraíba, em 1983; João Canuto, no Pará, em 1985) agora são massacres anunciados.

O ato de acampar foi uma estratégia criada pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) que desde o início de sua atuação tem sido utilizada. O acampamento é um lugar de “aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; é a elaboração da identidade social, da consciência de seus interesses, direitos e reivindicações” (GRZYBOWSKI, 1987, p. 201 apud HÉBETTE, 1991).

Neste sentido, a fala de dona Maria moradora do acampamento Dalcídio Jurandir ilustra muito bem o que é viver no acampamento:

Eu moro aqui no acampamento Dalcídio Jurandir há quase 12 anos. Gosto muito de morar aqui nesse lugar, onde eu pude conseguir reunir meus filhos, cada um deles pode conseguir um pedaço de terra para trabalhar. Aqui eu já vivi muitos momentos felizes e também momentos tristes, já passei por muitas dificuldades com meus filhos, até fome já passamos, mas eu nunca desisti de lutar pelos meus filhos, sempre fiz tudo para eles estudar. Eu não tive oportunidade de estudar e sei das dificuldades....

Eu já trabalhei de quase tudo nessa vida, mais viver em um acampamento do MST era algo que eu nunca imaginei na vida. Eu imaginava outra coisa do movimento, assim como a maioria das pessoas que não conhece a nossa realidade. Assim que eu cheguei aqui eu vi que tudo que eu pensava e imaginava era só coisas que não tem nada a ver com nós mesmo. Sabe, aqui eu aprendi a dividir o pão, a ser mais humana, mesmo compartilhar o pouco que eu tinha, vim para cá ... (Maria Osmarina Oliveira de Sousa,

2022).

Além de ser um lugar de resistência política como Sem Terra, o acampamento é o lugar da partilha, do acolhimento, da divisão do pão de cada dia, onde se aprende com a dor do outro e da outra e se torna mais solidário. É importante destacar que a luta pela terra a qual é parte da Reforma Agrária Popular se dá em contraposição ao modelo de sociedade hegemônico, que empurra aos menos favorecidos as mazelas sociais, culminando dessa forma na revolta e no desespero da classe trabalhadora que não conformados mais as desigualdades sociais, veem na luta pela terra uma esperança de vida digna. Conforme aponta Monteiro (2015):

O acampamento não é apenas o produto da revolta e do desespero, mas ao contrário, o ato de acampar supõe maturidade política, organização, coesão, disciplina e, sobretudo fé e esperança. Não é simplesmente um aglomerado de pessoas, mas é a expressão de convicção de que a vitória sobre a pobreza é possível. A esperança nessa vitória é o que os movem a resistirem à expropriação. “Acampar é uma forma de dar corpo ao movimento, mostrando ao governo e à sociedade que existem forças vivas à espera da Reforma Agrária.”. MONTEIRO (2015, p. 78).

Neste contexto, o acampamento representa uma forte arma em favor da Reforma Agrária. Trata-se de uma luta necessária pela democratização do direito à terra, contrária ao atual modelo que privilegia grandes proprietários, empresários, fazendeiros, banqueiros e favorece a concentração das terras nas mãos de alguns latifundiários. É a forma visível de denunciar as mazelas vividas e mostrar que estão sendo destituídos de fonte de sustentação e renda, principalmente, de sua dignidade. O acampamento é uma forma de pressão política exercida sobre as autoridades e também sobre a sociedade. É tentativa de recuperação da dignidade humana, mediante a garantia de seus direitos.

Concebemos o acampamento como uma das fases do processo de luta pela terra; é uma etapa onde os sentimentos de solidariedade, companheirismo estão aflorados. É um espaço/tempo de esperança e de utopias, onde a crença no futuro melhor, onde possam viver com liberdade e dignidade, longe da exploração e da miséria, que outrora enfrentaram nas periferias urbanas e nas relações de trabalho marcados pela super exploração nas fazendas. No acampamento há um significativo amadurecimento político e o entendimento da sociedade de classes sociais. Desta forma, segundo Monteiro e Guerra, (2020), o acampamento também se expressa como o lugar de resistência a um modelo dominante, que exclui e oprime.



## 2.1 A Ressignificação do Lugar pelas famílias Sem Terra

O complexo Maria Bonita composto pelas Fazendas Maria Bonita e Carço do Olho, destinado a criação de gado, é parte dos negócios da Agropecuária Santa Barbara S/A, e pertence a Daniel Dantas, banqueiro do grupo Opportunity, acusado e condenado por corrupção, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e formação de quadrilha.

Com a ocupação coletiva, as 212 famílias Sem Terra, tem transformado radicalmente este espaço da Fazenda Maria Bonita, dando vida social, cultural, produtiva e ambiental a partir da forma coletiva de convivência e com a produção de alimentos saudáveis, através de práticas e saberes a partir dos princípios da agroecologia.

Com isso, conforme documento do Sintepp (Sindicato de Trabalhadores (as) em Educação Pública do Estado do Pará) de Eldorado, (2019), em mais ou menos uma década e meia, esse território tornou-se uma área de produção diversificada tal como se caracteriza a agricultura familiar, assegurando dignidade para todos os trabalhadores (as) daquele acampamento, bem como sendo de grande relevância para a economia local, haja vista que parte significativa de toda produção é comercializada na própria cidade de Eldorado. Identificamos entre essa produção diversificada uma variedade de produtos: frutas, peixes, farinha, leite, além de hortas e plantas medicinais, revelando a principal importância de garantir a terra para as famílias que dela precisam para sobreviver, cuja destinação principal é a produção de alimentos. Essa oferta diversificada de alimentos aos diferentes mercados do entorno, dinamizam a economia das cidades e Vilas próximas, a partir das feiras livres, com os produtos vindo das roças dos territórios camponeses.

Este acampamento, na historiografia, é classificado como um lugar de resistência, do sonho de conquistar a terra, para as famílias acampadas. No entanto, conforme Monteiro e Guerra (2020), a ação de acampar pode despertar diversas opiniões na sociedade, sobre os atos dos Sem Terra, pois, por um lado desperta o respeito e apoio de uma porcentagem da sociedade, por outro sofrem repúdio, taxados como rebeldes, infringidores da lei.

Neste sentido, a mídia em geral coloca essas pessoas como “invasores de terras alheias”, com a finalidade de deslegitimar sua luta. Em meio a essas contradições, ações como essa tem sido a principal forma de acesso a terra no sudeste

paraense, bem como no Brasil. Mesmo sob opiniões adversas de vários setores da sociedade, a ocupação de terras é um caminho escolhido pelos movimentos que almejam a democratização da terra (Monteiro e Guerra, 2020).



**Figura 3.** Ato no Acampamento Dalcídio Jurandir, ocorrido em 2019. **Fonte:** MST Divulgação.

A figura é um registro fotográfico que mostra um momento de Ato Público na Comunidade, acontecido em 2019, durante tentativa de reintegração da Fazenda Maria Bonita e Três Lagoas. A comunidade protestou denunciando a arbitrariedade que vinham sendo vítimas, reagindo coletivamente a tais atos. São 15 anos de permanência no acampamento, ou seja, de construção de uma vida com labor e sociabilidade, mas sempre em estado de alerta em relação à ação da (in) justiça (MONTEIRO E GUERRA, 2020). E mesmo sem o apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), as famílias cortaram a terra, abriram as estradas, definiram a vila em três lotes, os demais lotes foram distribuídos entre si e neles foram construídas suas residências. Um poço artesiano comunitário viabilizou o acesso à água. Todas essas ações proporcionaram a organização de seus espaços e a construção de novos sentidos no território.

Assis, (2009, apud MONTEIRO E GUERRA 2020, p. 1236), afirmam o seguinte: “os sindicatos, a Federação Regional e o MST modificaram o sentido da Reforma Agrária na região nos anos 90, pois o sentido agora ia da democratização da terra à garantia de qualidade de vida para camponeses e para a sociedade”. A união

das entidades, que defendem a luta pela terra no Brasil, fez com que se criasse um projeto de Reforma Agrária Popular, haja vista que o que está na constituição não contempla a classe trabalhadora em sua totalidade, pelo contrário é só para atender as demandas do latifúndio.

Não basta apenas ter a posse da terra. É necessário que outros direitos também sejam garantidos. A Reforma Agrária Popular passa a ser discutida na sua forma integral. Antes da chegada do MST no Sudeste do Pará, os camponeses estavam há muito tempo na luta por terras. O MST, neste caso, trouxe experiências de intervenção e de enfrentamento e que também aprenderam com outras organizações (MONTEIRO E GUERRA, 2020).

Os acampamentos organizados pelas entidades que representam os trabalhadores e trabalhadoras rurais sejam eles vinculados a FETAGRI, CONTAG, Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) ou ao MST, se estruturam de forma semelhante a partir da pauta de luta pela terra, diferenciando algumas vezes apenas pela sua bandeira, conforme Monteiro (2015):

O acampamento é um modelo que possui técnicas e elementos precisos que o montam e o sustentam. Segundo a autora esse modelo se consolida no sul do país e é deslocado para outras regiões. Mas, a forma acampamento tem a mesma estrutura, independente da região onde esteja sendo levantado um. MONTEIRO (2015, p.80)

Nesse sentido, os acampamentos têm em sua estrutura elementos parecidos, entretanto, cada organização tem seus métodos em seu interior. O MST foi construindo aos poucos sua organicidade, através de suas normas e princípios do movimento sempre por meio dos debates coletivos, primando principalmente pelo estudo, possibilitando assim que todos se apropriem dos debates pelos seus direitos em defesa à Reforma Agrária Popular.

O MST em sua trajetória, conforme foi se expandindo para outras regiões do país, demonstrou que não existe um perfil Sem Terra, mas sim uma diversidade de sujeitos Sem Terra diferentes do seu local de origem e diversos em seus saberes, tradições e culturas.

No Pará ela aponta como os sujeitos que aderiram ao movimento, os migrantes que vieram para a região para explorar minérios, e que se juntaram aos posseiros, que tiveram suas terras tomadas pelos grandes investimentos empresariais. No Sudeste Paraense esses dois perfis coexistem na luta pela terra. (MONTEIRO, 2015, p. 80).

As pessoas que vieram para essa região vieram em busca de melhor qualidade

de vida, ludibriados principalmente após o período da ditadura com o slogan “Terras sem homens, para homens sem terra”. Com o aumento e o avanço da mineração, principalmente a exploração do ouro, vieram muitos garimpeiros, que depois com declínio dessas atividades ficaram à margem da sociedade, sem dinheiro e sem nem como retornar para suas cidades de origem e encontraram no Movimento Sem Terra a oportunidade de ter um pedaço de terra para cultivar.

Os garimpeiros que vieram para a região, principalmente na época da Serra Pelada, eram camponeses em suas origens. Labutavam com a terra, vieram para cá aventurar a sorte. E depois quando não puderam mais explorar ouro, diamantes, pedras preciosas de forma geral, voltaram para suas antigas funções: cultivadores da terra. (MONTEIRO, 2015, p. 81).

Como já dito anteriormente, não basta ter só a terra, é preciso que garantam políticas públicas para que o trabalhador (a) do campo tenha condições de produzir, pois esse motivo que a nossa luta não é somente por terra e sim por Reforma Agrária e que ela seja Popular para dar conta de atender todas as necessidades dos povos do campo.

Na construção da história do Acampamento Dalcídio Jurandir, inicialmente os Barracos eram feitos de lona preta, que depois foram substituídos por barracos de taipa cobertos com palha da folha do babaçu, conforme Monteiro (2015, p. 96) “Ao lado da bandeira hasteada desde a ocupação foi colocada uma placa com o nome do acampamento, a data da ocupação e o logotipo do MST e da Via Campesina”.

Toda essa simbologia nos acampamentos do MST é muito forte, pois cada símbolo tem um significado e conta uma história de luta e resistência por trás, e reforça o nosso pertencimento aos nossos territórios e a luta pela terra. Da mesma forma que a nossa organicidade é necessária e permanente para o fortalecimento da luta, por isso desde a construção dos barracos até as outras tarefas mais complexas, não ocorrem de qualquer forma, segundo Monteiro (2015, p. 96):

A construção dos barracos não é desordenada, o espaço físico é estudado pela coordenação e lideranças, e criam-se as regras de ordenação do espaço, que lentamente vai transformando o território físico em um território social. Paulatinamente uma infraestrutura indispensável à vida coletiva vai sendo construída, como ruas, poços, salão de reuniões, e outros. São instituídas as equipes que ajudarão na divisão das tarefas, como segurança, limpeza, educação, saúde, fornecimento de alimentos, organização dos jovens e contatos com os mediadores.

Dessa forma, o acampamento vai ganhando forma e vida nesse processo contínuo e dialético de construção, de melhorias para o território e na formação de novos militantes e dirigentes.

Vale salientar, que a organicidade é fundamental para a permanência e resistência das famílias na luta pela terra. Desde 2008, as 212 famílias estão organizadas em vinte grupos de base, onde cada grupo é composto por 10 famílias, onde cada grupo tem um coordenador e uma coordenadora que leva as demandas de seu grupo para a coordenação, ficando mais fácil visualizar o acampamento como todo e permitindo assim refletir a luta, analisar as falhas e propor mudanças de forma coletiva.

O Acampamento Dalcídio Jurandir quanto a infraestrutura, hoje é formado pelo aglomerado da vila e pelo conjunto dos 212 lotes, sendo a vila a parte urbana do acampamento, onde há a escola, que funciona desde a educação infantil até o 9º ano do ensino fundamental, também há as igrejas, praça, campo de futebol, o viveiro coletivo, e o barracão de reuniões, tudo construído de forma coletiva e sem ajuda do governo, a partir dos mutirões coletivos de trabalho.

O mutirão é a forma de ação coletiva mais atuante no acampamento. Ele sempre esteve presente na construção das casas, do barracão, da escola, na limpeza da área, no cultivo das hortas e nas roças comunitárias. Também nos momentos festivos do acampamento, seja no preparo da alimentação, na ornamentação, na infraestrutura, na limpeza, e outros. [...] O trabalho coletivo, o mutirão, foi muito importante para fortalecer os laços dos sujeitos, que outrora eram apenas estranhos. Assim, como também é principalmente visava suprir as necessidades, produzindo para alimentar as famílias acampadas. E desse modo se fortaleceu a resistência dos camponeses, que mostravam para a sociedade que precisavam da terra para alimentar seus filhos. (MONTEIRO, 2015, pp.101-102).

Os mutirões até hoje estão muito presentes no território, principalmente no campo da produção, nos processos de plantios de roças, na produção de mudas no nosso viveiro da Reforma Agrária – José Rubens “Plantando vidas, semeando resistência!”, na experiência de indústrias caseiras de processamentos dos alimentos, realizado principalmente pelas mulheres, na fabricação de doces, remédios fitoterápicos e compotas caseiras. O extrativismo também ainda é muito presente entre as atividades dos acampados, segundo Monteiro (2015):

Quando ocorre a safra, homens e mulheres praticam a atividade, que se torna nesse período a atividade econômica principal da maioria dos acampados. A extração se dá na fazenda vizinha, de propriedade particular, cujo dono, liberou aos acampados o direito de extrair o produto, no entanto, não podem acampar no local. Desta forma, diariamente no período da safra da castanha, os sujeitos se organizam cedo, levam seus lanches e refeições, e retornam no final da tarde. Alguns vendem logo à castanha, e outros aguardam o período da entressafra para conseguir preços mais altos. (MONTEIRO (2015, p. 103)

Todas essas são apenas algumas das atividades realizadas no Acampamento Dalcídio Jurandir, como formas de produção para garantir o sustento das famílias do território, mostrando dessa forma que a *“Terra é para quem nela trabalha”*, conforme um dos objetivos construídos na carta síntese após o 1º Congresso Nacional do MST, que aconteceu em janeiro de 1985 em Cascavel no estado do Paraná.



**Figura 4.** Entrada do Acampamento Dalcídio Jurandir. **Fonte:** Brasil de Fato, 2019, Catarina Barbosa, Brasil de Fato, Belém – PA, 08 de Novembro de 2019.

A Figura 4 mostra a entrada do Acampamento Dalcídio Jurandir, imagem publicada no jornal Brasil de Fato, *Jornal Online*, em 08 de Novembro de 2019, Belém–PA. Neste acampamento vivem cerca de 200 famílias, identificadas e organizadas no MST, integrados desde 2008 ao município de Eldorado do Carajás.

Este acampamento tem um papel sociocultural, ético e ecológico fundamental, uma vez que trata de um agrupamento humano dependente da relação com a terra e outros recursos da natureza para sua existência. Recursos antes tidos como bem comum, e sob a justificativa de modernização esses recursos viraram bens privados, especialmente para empresários e grandes grupos econômicos que na maioria dos casos se apropriaram ilegalmente das terras desrespeitando quem mora e vive dela.

Outra importância é a econômica não só para si, mas para os municípios e a sociedade do entorno, pois essa pequena comunidade abastece o comércio local e de

municípios vizinhos com a produção e venda de farinha de mandioca, peixes, mais de 45 tipos de frutas, verduras e leguminosas, hortaliças que são comercializados em cidades próximas. Silverio (2019), afirma no site Front Line Defenders que:

Nos últimos 11 anos, residentes e defensores (as) do direito à terra do Campo Dalcídio Jurandir organizam-se em terras desocupadas para pedir sua demarcação e redistribuição pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com base na função social da terra contemplada na Constituição Federal de 1988. Desde 2008, os moradores vêm fornecendo seus produtos para a cidade e municípios vizinhos da região de Eldorado dos Carajás. (SILVERIO, 2019)

Nesse sentido, Acampamento Dalcídio Jurandir a cada ano que passa tem organizado mais sua produção, sendo um grande fornecedor na produção de alimentos saudáveis para a cidade de Eldorado do Carajás e os municípios do entorno, fortalecendo dessa forma o comércio dessa região.

## **2.2 A resistência cotidiana: a produção com base na agroecologia**

Apesar de estar localizado no coração dos conflitos da Amazônia Legal, onde acontece a maioria das tensões sangrentas na disputa por cada palmo de terra, o coletivo de famílias do Acampamento Dalcídio Jurandir não se entrega. As famílias ameaçadas todos os dias, vulneráveis a violência no campo, a atenção das autoridades, sofrendo todo tipo de ameaça, discriminação, assédio da parte daqueles que apostam no agronegócio e na mineração, observa-se que as famílias resistem, e seguem se organizando, fazendo marchas e também produzindo agroecologicamente, sem uso de agrotóxicos.

No acampamento são produzidos cerca de 180 mil litros de leite por mês, em que parte da produção é destinada ao consumo das famílias e a outra para comercialização em Eldorado do Carajás e centros comerciais da região. Além disso, 174 toneladas de farinha são comercializadas em Xinguara, Redenção, Rio Maria, Curionópolis e outros municípios. O acampamento ainda conta com 53 tanques de criação de peixes e uma diversidade de mais de 45 tipos de frutas, verduras, leguminosas, hortaliças e criações que são comercializados nas feiras e mercados das cidades (MOREIRA ET AL, 2019).

No entanto, nem sempre foi assim, seu Mateus um dos acampados históricos lembra a dificuldade de água:

E a gente chegou aqui e tínhamos muita séria dificuldade de água, muita dificuldade de água, nós não tínhamos tem aquele baixão lá mas era só



urina de gado e quando dava do meio dia para a tarde era quente que nem para tomar banho servia, aí chegou umas pessoas dando suporte, pegando água ali do riozinho Taioba e trazendo para gente, água nos tambores mesmo, de plásticos. (MATEUS SOUSA DE OLIVEIRA, 2023).

Mesmo com as dificuldades de água até para o básico da sobrevivência, muitos ainda faziam seus cultivos, principalmente de hortaliças nos quintais, iam todos os dias longe buscar no rio. Com o passar do tempo, após muitas dificuldades conseguimos cavar um poço para abastecer a comunidade.

Hoje, as famílias tem seus cultivos em cada um dos seus lotes a partir de Sistemas AgroFlorestais – SAF's, que são acompanhados mensalmente por uma equipe de técnica da Comissão da Pastoral da Terra – CPT, nos SAF's há plantios desde frutíferas até as essências florestais, e é o cultivo e cuidado com ambiente um dos pontos que fortalece o Acampamento Dalcídio Jurandir na luta pela terra, e a cada dia as famílias tem mostrado na prática que querem a terra para a vida e o agronegócio quer a terra para a morte, como já dizia no poema *“Mil facções zangados”* da companheira Jane Cabral:

Nós queremos a terra para plantar, para produzir a vida e eles querem a terra para a mineração e para o agronegócio, que para nós significa a morte! Mas nós não nos cansaremos e seremos trincheiras de homens e mulheres a lutar pela vida.  
Porque para viver da terra, da água, da floresta nós precisamos ter.

Nesse sentido, não é à toa o nome de nosso viveiro da Reforma Agrária ter sido denominado José Rubens – “Plantando Vidas, Semeando Resistência”, inaugurado em 30 de março de 2022, o viveiro foi um incentivo a mais do Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis do MST, que tem como objetivo plantar 100 milhões de árvores até 2030, e realizar a recuperação de áreas desmatadas através da implementação de SAF's e quintais produtivos.

A proposta de cuidados ao ambiente perpassa também pelo campo educacional, por meio da sensibilização e do ensino crítico a cerca dos debates da Educação Ambiental que vai de contra aos projetos hegemônicos e capitalistas impostos na sociedade, conforme Gama (2022):

[...] com a Revolução Industrial no século XVIII intensificou os processos de globalização mundialmente, desencadeando vários problemas tais como o consumismo e o acúmulo de riquezas por alguns e aumento da pobreza para muitos, o que tem provocado o desgaste continuo da natureza, com o desmatamento de florestas e extinguindo espécies animais e vegetais, rompendo assim com o equilíbrio ecológico da natureza.  
Acarretando uma serie de problemas socioeconômicos e culturais frutos dos grandes projetos capitalistas, contra as minorias sociais (negros (as),



LGBTQIA+ e mulheres) e os povos originários (indígenas e quilombolas).[...] Dessa forma, a EA foi criada, também, com o intuito de se constituir em um fórum para debater as questões relacionadas ao Ambiente, de forma que se minimizem os impactos pelo homem sobre a natureza. Através da sensibilização e da reflexão, por meio do pensamento crítico, a Educação Ambiental busca romper com o pensamento capitalista de sociedade. (GAMA, 2022, pp. 15-16):

Nesse sentido, o viveiro que carrega o nome do companheiro José Rubens que foi um grande educador e acampado aqui no Dalcídio Jurandir, ele foi um dos que tanto lutou para que nossos Sem Terrinhas tivessem uma educação de qualidade, um ensino crítico e emancipador e por isso a homenagem.

*“Plantando Vidas, Semeando Resistência”*, por que acreditamos que a cada muda plantada neste chão é a confirmação da nossa posse desta terra e é a certeza de uma sociedade melhor através dos cuidados com a natureza por meio da agroecologia.

### 3 E. M. E. F. CARLITO MAIA: O PEDAGÓGICO E A LUTA PELA TERRA

Construção e criação coletiva de nossa escola representa o sonho de um coletivo de trabalhadores e trabalhadoras vítimas de uma estrutura social desigual, portanto de excluídos do direito de ter dignidade, e acesso à direitos. Representam a maior parcela da população brasileira, vítima de um processo colonial invasor, faminto de bens comuns, ambicioso na garantia de suas riquezas.

Dessa maneira se constitui de forma violenta, racista, patriarcal com base nos preceitos cristãos europeus, nas sociedades do que se chama América Latina, várias sociedades prenes destas concepções impostas à força bruta e com muito sangue derramado. Somos uma destas sociedades: Brasil. Iniciando por aqui para dizer que até pouco tempo, a literatura historiográfica nos considerava um país rural, um país agroexportador, originário do modelo colonial que (re) alimentou o falido modelo e comércio europeu como diria Caio Prado Jr. (1976), citado por Bezerra (2019):

Nos trópicos [...] surgirá um tipo de sociedade inteiramente original. [...]. Será a empresa do colono branco, que reúne à natureza, pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre [...] indígenas ou negros africanos importados. (BEZERRA, 2019, p. 202)

Com isso quero afirmar que nós povo do campo, nascido dessa história nos tornamos os e as brasileiras que fizemos esse país, com todas as exclusões, preconceitos, ataques, violências fomos construindo nossos espaços de vida na luta, nas marchas nas ocupações, “na lei ou na marra”, como é o caso da história em questão. Nossa escola nasce na resistência de um povo sem terra, mas com muita coragem, ergue sua escola independentemente da vontade do poder e da legislação vigente.

Erguemos de pau a pique, de lona preta, debaixo de chuva e de sol. Começamos pela necessidade da terra, depois da escola para nossos filhos, isso pelo fato de sermos considerados vagabundos, invasores, desordeiros, somos vistos como bichos, desconsiderado e ignorados por sermos camponeses, sem terra, pretos, indígenas, e assim a história nos ensinou nos quilombos, nas matas, nas florestas, nas margens dos rios que podíamos construir nossa própria história e assim fizemos.

E mais, uma escola onde tínhamos a clareza que queríamos uma educação libertadora que como diria Freire (2003, p. 94): “Numa sociedade de classes, são as elites do poder, necessariamente, as que definem a educação e, conseqüentemente,

seus objetivos. E estes objetivos não podem ser obviamente, endereçados contra os seus interesses.”, e assim nossa escola assumiria uma posição de educar criticamente e transformar cidadãos e cidadãs, como anuncia Paulo Freire (2003), uma educação a partir do:

[...] método de ação transformadora. Como práxis política a serviço da permanente libertação dos seres humanos, que não se dá, repetamos, nas suas consciências apenas, mas na radical modificação das estruturas em cujo processo se transformam as consciências. (FREIRE, 2003, pp. 102-103)

É possível afirmar que a constituição do Acampamento Dalcídio Jurandir e o erguimento da Escola Carlito Maia estão dentro dessa perspectiva, pois transformar uma fazenda numa ocupação coletiva e com produção e implantar uma escola fora da Lei, apesar dela estar garantida como direito trata-se de promover modificações na estrutura social, política e econômica instituída.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlito Maia, criada pelos acampados, nasce de forma humilde com estrutura precária, como dizem nossos interlocutores, comparando com a realidade atual:

... nossa escola era muito pobrezinha era cercada de tábua grossa não era dessas que é agora (...) a cobertura era de palhas, era no chão não tinha piso mais era tudo limpinho tinha merenda todos os dias as merendeiras eram muito boa com todas as crianças lembro de uma chamada Marta, e Elissandra, eu gostava mais da dona Marta nosso diretor se chamava José Rubens era um amigo do meu pai eles pescavam juntos ele e sua família também morava aqui no acampamento aliás acho que quase todos era daqui mesmo. (Ricardo, 2022)

... nossa escola hoje é bem mais estruturada tem banheiro adequado, cozinha melhores, salas melhores, no meu tempo era tudo mais difícil até a água as vezes era necessário o vigia ir até a comunidade fornecer água para escola para manter as aulas em dia, sonho com dias melhores um dia eu hei de ver nossa escola construída com toda estrutura física necessária e básica. (Neci Gomes, 2022).

A escola fica localizada na BR155 Acampamento Dalcídio Jurandir – Eldorado dos Carajás. A escola Carlito Maia foi iniciada a construção ainda em 2008, ano da ocupação da fazenda e organização do acampamento. Depois de vários processos, trabalho de base e estudos, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra - MST fez a ocupação na fazenda Maria Bonita e por grande necessidade resolveram construir a escola (SOUSA, 2019), a fim de garantir o direito de educação aos filhos e filhas dos acampados Sem Terra.

O MST tem na sua metodologia de ação a prática de ter sempre a educação a

frente em todos os espaços que atua, assim ocorre nas ocupações e acampamentos que produz. Considerando a educação elemento fundamental onde existam camponeses Sem Terra reunidos, é de praxe sempre que se ocupa um espaço no campo, a primeira atitude após o rompimento da cerca é erguer uma escola, e ainda hoje temos nossa escola fundada pelos sujeitos em luta.

A escola resiste desde 2009, mesmo após situações adversas, tais como tentativas de despejo, ameaças e outras pressões, os professores não desistiram dos alunos, nem os alunos, também não desistiram de sonhar e acreditar com um mundo melhor, onde a educação seja prioridade, independente do espaço físico. Ali se observa que os alunos têm muito mais vontade de aprender e crescer para ser uma pessoa melhor no mundo que o cerca.

De acordo com Sousa, (2019), as atividades na escola iniciaram em 2009, com um pequeno quadro de funcionários. Inicialmente a escola foi construída de tábua, e o piso de chão batido, a estrutura da escola era constituída por 3 salas de aula, uma cozinha, uma secretaria e um banheiro. As aulas eram ministradas em três turnos, manhã (de 7:00 às 11:30 hs), tarde (13:00 às 17:30 hs) e a noite (19:00 às 22:00 hs). Seguindo estes horários as séries iniciais eram pela manhã e as séries finais pela tarde e os adultos e jovens à noite no Educação de Jovens e Adultos (EJA).

No início a escola tinha aproximadamente uns cem alunos e o quadro de funcionários era composto por seis educadores, dois vigias, duas serviços gerais e alguns professores que ainda estavam cursando faculdade (SOUSA, 2019). Estes só tinham o magistério, como formação inicial, e pelas exigências legais era preciso ter formação na área de licenciatura. Sousa (2012) discorre ainda sobre a problemática da infraestrutura para o atendimento da EJA à noite, no caso dependia de um motor à óleo que gerava energia para a escola, mas quando dava algum problema ou faltava combustível as aulas das etapas eram canceladas, deixando os alunos sem aulas por vários dias.

A escola foi crescendo, acolhendo mais estudantes, e com o aumento de alunos a escola foi ganhando parceria com o governo municipal de Eldorado do Carajás. Os professores recebiam o seu salário todos os meses, e ganharam alguns itens escolares, mas sempre mantendo a organização escolar com princípios da frente da educação do MST (SOUSA, 2019). Em 2015 a escola passou a ser anexa a Escola Construindo Conhecimento, localizada no assentamento Lourival Santana há 20 km de Eldorado dos Carajás, sendo este também um assentamento ligado ao MST (Sousa,

2019). Abaixo algumas fotos de atividades com os alunos da escola:



**Figura 5:** Turma do Educação Infantil com a professora Elisvan dos Anjos.  
Créditos: Autor, 2024.

Aqui trata-se de aulas de artes e educação física. Neste caso a professora está usando o celular dela para as crianças assistirem filmes. Nas atividades dessa natureza nota-se que as crianças gostam muito, momento em que eles ficam calados e prestam muito atenção em cada detalhe. A professora improvisa como pode, inclusive na produção do ambiente. Aqui ela usa um tapete grande fofinho que ela mesmo comprou, usa uma caixinha de som pra melhorar o áudio, para que as crianças possam ouvir bem o filme. As vezes ela leva milho para fazer pipoca, e as meninas da cozinha fazem. Ali, tudo vira alegria, as crianças se sentem amparadas e bem aconchegados com o pouco que a escola pode dar a eles. Nossa escola é uma construção coletiva, cada um faz o que pode para superar as dificuldades.



**Figura 6:** Estudantes assistem a instalação da primeira TV da Escola Carlito Maia.  
**Créditos:** Autora, 2024.

Dia 20 de março de 2024 conseguimos comprar uma televisão. A primeira turma a usar em sala de aula foi a turma do ensino infantil. Nosso diretor responsável Alan leite fazendo a instalação da TV colocando pés no aparelho, e criando a conta pra crianças assistirem a primeira vez, em sala de aula com a professora. É notório a alegria da professora e principalmente das crianças em assistir filmes educativos na escola em uma TV. Esta foi uma das muitas conquistas que nós ainda teremos na nossa humilde escola. Acredito que resistência sempre será o nosso forte.



**Figura 7:** Estudantes entregam folhetos sobre a Dengue (5º ano/ Prof. José Nilson).  
**Créditos:** Autor, 2024.

A escola tomou as ruas do acampamento Dalcídio Jurandir, com o grande



aumento de casos no nosso município da dengue. Professores e estudantes resolveram andar de casa em casa na vila do acampamento, a parte urbana do acampamento entregando folhetos com orientações sobre os cuidados, e prevenção ao mosquito da dengue foi uma aula muito importante envolvendo os alunos na disciplina de ciências. Acredito que eles jamais vão esquecer essa aula que tratou dos cuidados e medidas que precisamos ter em nossa casa, em nossos quintais, principalmente as pessoas que tem em suas casas muitas plantas, caixa de agua, tambor, tanque, deve fazer o uso do repelente, e ter a sua carteira de vacina em dia.



**Figura 8:** Aula no Campo de Futebol (2º ao 5º ano) com três professores Educação Física.  
**Créditos:** Autor, 2024.

Neste dia a aula foi no campo de futebol, uma aula prática com os alunos sobre a educação física, constatamos que eles gostaram muito. No ano passado, todas as sextas feiras os professores levavam os alunos para o campo de futebol, na aula de educação física, já esse ano, está muito difícil, devido as chuvas, Na área da nossa escola não tem campo, nem bola. Nesse dia três professores se envolveram: Além dos Professores Francisco Carneiro, Ednei Maia, o prof. José Nilson, que até comprou uma bola, mais não durou muito tempo, daí usamos a bola do time masculino da vila. As vezes eles brincam do queima, da bete, mais na maioria das vezes e de futebol que eles gostam mesmo, ate as meninas. As vezes os professores também brincam com os alunos. Em função desse gostar dos estudantes, estamos organizando um espaço perto da escola pra colocarmos uma rede de vôlei, e colocar também umas traves para o futebol e outros, espaço bem mais perto da escola, e assim facilitar para os alunos ter apoio como beber

água, e outros, fácil acesso pra nós em qualquer emergência que vier a surgir, estamos fazendo uma vaquinha pra comprar duas bolas uma para campo, outra para vôlei acredito que vai dar certo eu creio.



**Figura 9: Equipe do INCRA, Marabá, faz vistoria na Escola.**

**Créditos:** Autor, 2024.

No dia 29 de fevereiro do ano em curso, aconteceu uma vistoria comissão do Incra de marabá no nosso acampamento Dalcídio Jurandir, conhecido por Maria Bonita e Carçoço do olho. Dessa vez o foco foi a nossa humilde escola Carlito Maia. Eles olharam sala por sala, secretaria, cozinha, banheiros, tiraram muitas fotos, fizeram algumas perguntas para os professores e para o responsável pela escola: Alan leite sobre a quantidade de turmas funcionando, a quantidade de alunos geral, quantidade de funcionários, e também para nosso dirigente do acampamento: Enivaldo, que estava na escola no momento. Além das perguntas pra ele, também tiraram fotos, e tomaram café. Eu mesma ouvi bem quando nosso dirigente perguntou: “vocêis tão fazendo o que, exatamente?” dai eles falaram que estavam fazendo um relatório pra entregar pra vara agraria de Marabá, relatório esse que com certeza será definitivo pode mudar a nossa vida com um resultado bom, ou ruim pra nós. Estamos pedindo a Deus pra ser bom, e ter um resultado positivo pra nós, que tanto já sofremos com as ameaças de despejos, e nossos filhos acabam sofrendo também. É na verdade, uma vida quase 16 anos de lutas e incertezas, sonhamos com o nosso título da terra.



### 3.1 Estrutura Física e quadro de funcionários da Escola

A parceria conquistada junto a Prefeitura do município garantiu a ampliação e melhoria da escola. Atualmente a estrutura física da nossa escola esta dividida em uma área aproximadamente de 100m<sup>2</sup>, a mesma tem três pavilhões em madeira que está dividido em: uma biblioteca, uma cozinha, uma secretaria, dois banheiros e cinco salas de aulas, um parquinho saci Pererê, construído ao lado da escola, medindo 20m. As salas de aulas tem dois ventiladores em cada sala, as salas não possuem portas, e felizmente agora tem cadeiras suficientes para todos os alunos , e nossa escola até hoje é construída de tábuas e graças a nossa festa junina hoje a nossa escola tem dois banheiros bons.



**Figura 10.** Imagens da estrutura da Escola Carlito Maia.  
**Créditos:** Autora, 2023.

Hoje o quadro de funcionários da escola Carlito Maia é composto por: um professor responsável que coordena onze professores, porém quatro são de Eldorado e concursados e sete são contratados e moram na comunidade. Dois vigias da comunidade e quatro serviços gerais sendo duas concursadas e duas contratadas as quatro moram na comunidade. É no ano de 2015, quando a Prefeitura local passa a

reconhecer a existência da escola, provocada pelo diálogo com os sujeitos, que a nossa escola ganha o status de anexa à Escola Construindo Conhecimento, do assentamento Lourival Santana há 20 km da sede do município, território camponês ligado ao MST.

Atualmente a escola funciona em dois períodos: pela manhã, com a educação infantil e o ensino fundamental até o 5º ano, e pela tarde, com o ensino fundamental do segundo segmento, do 6º ao 9º ano. Vale ressaltar, que hoje a escola trabalha na modalidade regular e multiseriada, conforme o quadro abaixo:

<b>Modalidades de Ensino na Escola Carlito Maia</b>	
Período I e II; 4º e 5º Ano; 8º e 9º Ano.	Multissérie
1º, 2º, 3º, 6º e 7º Ano.	Regular

**Fonte:** da pesquisa, 2023.

A escola conta com 20 funcionários, sendo 12 professores concursados da prefeitura de Eldorado do Carajás, 2 merendeiras uma concursada e outra contratada, 2 serviços gerais, todas concursadas, 2 agentes de portaria contratados e um coordenador pedagógico. Isso tudo por que, nos últimos anos a escola vem conseguido aumentar o seu quantitativo de alunos matriculados.

Vale destacar que uma parte desses alunos vem das comunidades e fazendas vizinhas, como: PA Baguá, Fazenda Junco e Fazenda Jandaia, filhos e filhas dos trabalhadores, reforçando mais ainda a importância da escola não só para o território, mas para todo o seu entorno, como destaca o Seu Mateus:

Ela é a coisa mais importante que nós temos aqui na comunidade, é essa escola por que aqui já educou muitos filhos, não só do pessoal que é do movimento como também dos vizinhos, os filhos dos funcionários das fazendas, uma boa parte já vieram estudar aqui, já tiveram aqui conosco. Então isso é muito importante, ela é um marco que nós temos aqui, eu acho que um dos mais importantes. (MATEUS SOUSA DE OLIVEIRA, 2023).

Ainda ressaltando a importância da educação para o movimento, há mais de 20 alunos cursando o ensino médio na EEEFM Francilândia, a qual fica localizada na cidade de Eldorado do Carajás e os deslocamentos diários desses estudantes são realizados no ônibus escolar.

#### 4 O PAPEL DA ESCOLA NA TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA

A Escola Carlito Maia assim como outras escolas do campo, tem múltiplas significações, pelos diversos papéis que pode desempenhar. Primeiro o povo a quer muito, é comum que em todo espaço de resistência camponesa, a escola é pauta numero 1, ou seja: ela é querida, é parte do sonho coletivo. Ali se reivindica educação como garantia de um direito fundamental daqueles sujeitos. Desde o primeiro dia de constituição daquele território, a escola é pensada como elemento fundamental para a existência daquele grupo social, e assim é o povo que dá o ponta pé inicial e a ergue como pode. Já vimos escolas em diversas condições: de pau a pique, de lona preta; de taipa, na sombra de uma árvore, na condição de espaço cedido, a exemplo de uma sala de moradia emprestada, sede de associação, no salão de uma igreja, são variadas situações, que por iniciativa própria, sem apoio ou autorização das autoridades competentes, as escolas passam a ter materialidade, e só depois de muitos anos de luta e ida da comunidade á diversas instituições com aquela pauta, a prefeitura ou o Estado constrói. A escola portanto é compreendida também como espaço de também de territorialização camponesa, por que acolhe atividades múltiplas, quase tudo acontece na escola. É um espaço aberto, de apoio a comunidade. De reuniões, festejos, festas, campanhas de vacinação, acolhimento de desabrigados por alguma situação, como também ser o espaço preferencial de acolher os debates calorosos das famílias organizadas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como é o caso da Carlito Maia. Diante de tudo isso, escola é a nossa grande referência. Além de ser um espaço de criatividade, de provocações de descobertas do conhecimento para ossos filhos, é nosso espaço sonhado, reivindicado e também onde podemos nos reunir periodicamente para definir nossas prioridades mas também festejar, cuidar, etc.

Nosso território marcado por conflitos, está ali, bem no centro, no *front*, lá onde Carlos Walter Porto Gonçalves, estudioso geógrafo brasileiro que se dedica a entender a geografia da violência, afirma que:

... Ali onde maior foi a extensão de estradas construídas, de hidrelétricas e de grandes empresas de exploração mineral, além de maior número de fazendas pecuaristas e de empresas do setor madeireiro, ou seja, no sul e sudeste do Pará, na Amazônia maranhense e no estado de Tocantins, na tristemente famosa região do Bico do Papagaio. (GONÇALVES, 2010, p. 109)

A população do sudeste do Pará, mais especificamente da região de Carajás, está cercada de grandes projetos: estradas, ferrovias, barragens, projetos de

exploração mineral, grandes empresas da mineração e do agronegócio. E ainda, o projeto da hidrovía Araguaia-Tocantins, em vias de ser implantado, sob o Rio Tocantins. Assim a realidade é tensa, especialmente para aqueles que precisam lutar para sobreviver. As terras que estamos ocupando e vivendo dela, e que queremos garantir para plantar, são assediados todos os dias, por todos esses projetos.

A ação articulada de ocupação da terra requer também erguer a escola para nossos filhos, independentemente da vontade e da autorização dos poderes constituídos. Fruto da mobilização popular em meio a tomada ilegal e concentração das terras, a nossa escola é nossa primeira incidência organizada depois da ocupação da terra, ela é essencialmente local de resistência. Sem a presença da escola funcionando as famílias não ficam. O território significa a força da coletividade da classe Sem Terra, que em levante popular, questiona o modelo de campo que permite a grilagem e a especulação, além da contaminação do ar, terras e águas e alimentos com agrotóxico. Está claro que é um modelo de morte de muitos e de privilégios de poucos. E em meio a tudo isso resistimos no Acampamento e na escola. A fala da acampada diz muito sobre todo o significado de ir para o acampamento e permanecer:

Cheguei aqui no acampamento Dalcídio Jurandir dia 08 outubro de 2008 morava em Eldorado do Carajás, viviam eu meu marido e dois filhos, daí meu marido soube desse acampamento por uns amigos [...] tirar nosso sustento né, minha mãe e meus irmãos vieram todos morar no acampamento minha mãe ficou muito feliz ela tinha conseguido reunir todos os filhos, [...] daí ele me falou que eu ia trabalhar na escola da comunidade eu fiquei muito feliz [...] o dirigente do acampamento me chamou, mandou eu arrumar os meus documentos pessoais, eu fui quase voando para rua, arrumei tudo, na segunda-feira já comecei a trabalhar na escola, como auxiliar de secretaria. Daí percebi que eu precisava me formar em alguma coisa, aproveitar a oportunidade, e então comecei a estudar pedagogia junto com mais quatro professores ... (Neci Gomes de Sousa, 2022)

O acampamento já significa muito para nós, e na experiência da narradora representava muito mais: a perspectiva de juntar a família, a oportunidade de produzir as condições materiais de vida, com a produção de alimentos, plantar, colher e comer, e ainda a oportunidade de trabalhar na escola e o despertar da importância de continuar a formação e contribuir mais na educação, como afirma a narradora.

A escola cumpre um importante papel de resistência na terra. Todos sabem que um dos mais falados motivos, especialmente verbalizado pelas mulheres, que passaram por essa experiência, é de quê, o que as levaram a sair de seus territórios, carregando os filhos para outros vilarejos ou cidades, é a ausência da escola. Da falta da escola na comunidade vem a decisão de sair com os filhos do assentamento ou

outra terra em busca de escola para os mesmos estudarem, por isso a comunidade insiste em manter a escola em pé, por já ser um elemento de permanência e continuidade das famílias no território reivindicado pelas famílias acampadas. A clareza de que a escola é necessária e faz parte de um direito garantido na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Na história dos territórios conquistados “na lei ou na marra” nessa região a Escola sempre foi uma iniciativa das famílias e não dos governos municipais e suas SEMEDs (Secretarias Municipais de Educação), o que nos leva a afirmar que, com os povos do campo, as autoridades têm demonstrado descompromisso total, sendo muito difícil cumprir isso.

Ali, a escola tem sido grande aliada, acolhendo nossas crianças, nossos jovens e adultos, produzindo conhecimentos com base na realidade. Teve morador que disse que a escola é o coração do acampamento. Sem coração ninguém vive, por ser um órgão vital para o corpo, e para o coletivo também a escola assume esse papel:

No segundo ano, em 2009, nós levantamos a nossa escola. Era muito simples, construída de barro, coberta de palha, em um mutirão realizado por todos do acampamento. Nesse tempo, nosso dirigente era seu Manel um homem de tamanho bem franzim, pequeno, magrelo, mais era muito inteligente. Ele sempre falava que a base do acampamento na verdade, ele falava que nós precisava do coração do acampamento, que era a escola. E tudo melhorou depois que levantamos a escola (Maria Osmarina de Sousa, 2022)

Porém como se diz na linguagem popular: *aos troncos e barrancos*, ou seja, com todas as dificuldades possíveis e em resistência, fomos sobrevivendo e existindo. As narrativas revelam os maus momentos vividos na escola e como a comunidade resiste. Um ex-estudante relata:

... Teve um prefeito nojento que ganhou, chamado Boiadeiro, ele tirou todos os nossos professores, nós tivemos que aceitar outros professores, que vieram da rua né! da cidade. Eu mesmo, não gostava muito, mas eu tinha que estudar. Meus amigos, logo acostumou com os novos professores, eu demorei um pouco, mas depois que eu passei pro sexto ano, tudo mudou, conheci novos professores né! muitos professores. Dos professores antigo, só ficou o Luiz. Ele ficou coordenando a escola. (Carlos Eduardo, 2022)

Continuando sua narrativa afirma:

Em 2018, a comunidade em peso levantou outra escola, no caso, era só ele dos muitos que aqui moravam, a partir daí muitas pessoas foram embora por falta de serviços, eles não quiseram continuar morando aqui. Eu tive muitos amigos que foram embora lembro de alguns: Jeferson, Ítalo, Júnior, Filipe, Natalia, Romulo, Iara, foram muitos não lembro todos em 2016 minha mãe passou em um pré-vestibular na UNIFESSPA ela ficou tão feliz pois nós não temos condições de pagar uma faculdade era um sonho conseguir isso, em 2017 ela foi estudar em Marabá (Carlos Eduardo, 2022)

Notamos nesta fala que a comunidade rebelde, e em resistência àquela ação arbitrária do governo local levanta de novo a escola. A escola do campo é um espaço onde os saberes se expressam de variadas formas, que não tem como ignorá-los, e neste caso em particular pela relação dialética que neste acampamento desenvolvemos com os sujeitos da localidade.

Outra moradora mostra na sua narrativa a imperativa presença da escola no acampamento, como elemento necessário que envolve a comunidade e que as mudanças na estrutura central do funcionamento da escola, faz muita diferença. Lembra das festividades que a escola desenvolvia. Assim destaca questões como a que a escola passou por mudanças significativas e que isso representou muito:

As coisas mudaram muito, antes na escola tinha festa das mães, festas das crianças, festa dos pais, festa junina, hoje em dia não temos nada disso na escola. Com a mudança do prefeito, nossos professores foram sendo demitidos de um por um, [...]. Hoje só tem professor efetivo, apenas dois vigias, duas auxiliares de ASG. E coordenador da escola; seu Luiz era contrato, o restante era tudo concursado. Hoje nossa escola mudou muito, acredito muito que um dia nossa escola terá um diretor que ama nossa humilde escola, assim como eu amo. (Maria Osmarina de Souza, 2022)

Todos esses elementos valem a pena refletir. A comunidade quer ter seu direito de incidir no funcionamento da escola, criada por eles e inclusive mantida por eles, por determinado tempo, motivo que alimenta um afeto por ela, e quando uma prefeitura de perfil autoritário toma de conta, não dialoga e nem respeita as decisões coletivas, fica difícil. A escola tem professores concursados, “de fora”, de outras realidades, o que pedagogicamente pode dificultar os processos de ensino-aprendizagem, além do caráter transformador que tanto fala Freire, já citado anteriormente.

Isso pode ser visível nessa fala:

... Em 2020 eu terminei o meu fundamental na escola Carlito Maia, onde eu tenho uma saudadezinha... Depois de dois anos estudando na cidade, vi que eu tinha duas famílias, hoje eu só tenho uma família: minha mãe e meu pai, avo, tias, tio, na escola da cidade e tudo diferente, é cada um por si e Deus por todos. Ano que vem eu termino o meu ensino médio. (Carlos Eduardo, 2022)

Aqui dois elementos chamam nossa atenção: “uma saudadezinha” da escola do campo que era como uma família, e o “é cada um por si e Deus por todos” da escola da cidade, a frase já diz tudo. Muito importante perceber as diferentes percepções desses dois espaços vivenciados pelo mesmo estudante.

Articulado ao que já apontamos do sentido de educação que queremos, com

base em Paulo Freire, nossa escola se vê dentro da concepção de Escola do Campo exposto por Molina e Sá, (2013, p 325), aquela que “...se enraíza no processo histórico da luta da classe trabalhadora pela superação do sistema do capital ...”, já que o capitalismo não atende a dignidade humana. Na mesma linha das autoras a Escola do Campo que queremos, ela se coloca o desafio de conceber e desenvolver uma formação contra-hegemônica, e:

Se insere também na perspectiva gramsciana da escola UNITÁRIA, no sentido de desenvolver estratégias epistemológicas e pedagógicas que materializem o projeto marxiano de formação humanista e omnilateral com sua base unitária integradora entre trabalho, ciência e cultura, tendo em vista a formação dos intelectuais da classe trabalhadora. (MOLINA & SÁ, 2013, p 325).

Mesmo com todas as dificuldades, a Escola Carlito Maia segue em resistência e contribuindo não só nos processos educacionais de nossas crianças, mas também na permanência na luta pela terra, por isso a importância de termos cada vez mais profissionais qualificados para ocupar esses espaços, para fazer os debates contra-hegemônicos frente ao grande capital.

#### **4.1 Educação do Campo, uma conquista: caminho necessário por vida digna em territórios camponeses**

Inicialmente, Educação do Campo é um projeto que está se consolidando no país, mesmo frente a tantas ameaças. Fruto da luta coletiva dos sujeitos do campo essa categoria ganhou coro entre outros setores como Universidade e Instituições ligadas ao campo e foi se espalhando, conquistando espaços, se fazendo valer, como política pública e conseguiu garantir na legislação do país direitos importantes para crianças, jovens e adultos.

Estes, se tornam vistos por serem expressivos em quantitativo. Assim a criança e outros habitantes da área rural tornam-se sujeitos de direitos, o que nos leva a afirmar que está, em curso, em grande parte do território brasileiro, a construção de uma educação que dialoga com as necessidades das famílias que vivem e trabalham no campo. (CRUZ E FAGUNDES, 2008).

Toda a efervescência das lutas por direitos e por educação se sustenta na nossa constituição cidadã, de fazer valer o que diz a Lei máxima do país. O artigo 6º da Constituição Federal de 1988, diz o seguinte:

Art. 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a

moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Na mesma Carta Magna, Artigo 23, afirma que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que sejam oferecidos meios que se tenha acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação. Dessa forma, e conforme destacado, a Lei máxima do país garante educação como direito de todos e assegura que quem tem que garantir é o poder público nas três instâncias: federal, estadual e/ ou municipal. Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, sobre a educação do campo, ressalta que:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

Ou seja, há garantia na lei. A LDB reconhece o direito de se ter uma educação diferenciada, um currículo próprio, mas precisa ter vontade política para viabilizar. No entanto observamos que não acontece, só mesmo quando o povo cobra, exige, pressiona, e como diz Paulo Freire, as elites não tem interesse em ofertar uma educação de qualidade que possa ir contra seus interesses de classe, em especial, na região de Carajás, são as elites agrárias que elegem prefeitos e vereadores, além de terem o controle do poder judiciário local, e assim, garantir seu projeto de acumulação e mercadorização da terra e da natureza.

De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 36/2001 a LDB, ao reconhecer a pluralidade sociocultural, e o direito a igualdade e a diferença, possibilitou a definição de diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo, que tratam a Educação do Campo no âmbito de um projeto de desenvolvimento onde as pessoas se inscrevem como sujeitos de direitos e supõe a identificação de um modo próprio de vida social e de utilização do espaço, reafirmando a identidade da escola do campo.

Dentro destas diretrizes foram estabelecidas orientações sobre as responsabilidades dos diversos sistemas de ensino com o atendimento escolar sob a



ótica do direito, implica o respeito às diferenças e a política de igualdade, tratando a qualidade da educação escolar na perspectiva da inclusão. Nessa mesma linha, o presente Parecer, provocado pelo artigo 28 da LDB, propõe medidas de adequação da escola à vida do campo. A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas (Parecer N36, 2001).

Estas diretrizes, instituídas por meio da Resolução CNE/CEB nº 1 de três de abril de 2002 orientam quanto aos princípios e procedimentos necessários para garantir a universalização do acesso e a permanência da população do campo a todas as etapas e modalidades da Educação Básica, ressaltando a elaboração de propostas pedagógicas específicas que certifiquem um projeto de desenvolvimento sustentável, construído com a participação das comunidades, no exercício da implementação de um processo de gestão democrática nas escolas, bem como a garantia de formação inicial e continuada de professores, de acordo com a especificidade do campo.

Cruz e Fagundes, (2008), afirmam que o grande objetivo da Educação do Campo é garantir para os povos do campo uma educação básica focada em um modelo de desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável, ecologicamente sustentável e que seja culturalmente aceito.

Na década de 90 iniciativas relacionadas a educação do meio rural que apontam para a construção de políticas públicas começaram a surgir, dentre elas a criação do PRONERA. Esse é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o programa tem o objetivo de ampliar os níveis de escolarização do conhecimento no campo, ao propor e apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de Reforma Agrária.

O progresso na construção da Educação do Campo, como afirma Arroyo, (2003), é um movimento de reforma pedagógica de raízes populares e democráticas, pois está inserido em um movimento social do campo, o que garante a obtenção de direitos e contribuição no processo de formação territorial.

Cruz e Fagundes, (2008), ressalta que a mudança da expressão “meio rural” para “campo”, e do “no” para “do”, busca superar o sentido tradicional da escola rural, onde o conceito da escola do campo relaciona-se à formação dos trabalhadores rurais, com a competência para enfrentar desafios na produção de alimentos e na própria vida

contemporânea, enfatizando o papel da escola e da educação como também instrumentos de luta pela terra, ou seja colocando educação e escola do campo como aliadas das famílias, pela contribuição no processo de territorialização camponesa. Em suma, toda a questão da educação do campo nos últimos anos tem tido um avanço substancial, devido as reivindicações do movimento de apoio que está ligado aos camponeses para que possa ser implantadas escolas nos assentamentos, acampamentos, ou seja, em todo o campo onde tem família produzindo a vida a partir da terra.

Segundo Caldart, (2002), a educação do campo deve ser pensada como processo de construção de um projeto de educação de camponeses, isto quer dizer que se trata de pensar a educação política e pedagógica, desde os interesses sociais, políticos, culturais de um determinado grupo social. Ainda segundo Caldart, (2002), o processo educativo a ser levado às escolas do campo se compõe de um conjunto de ações pedagógicas, organizações curriculares, que envolva todos os responsáveis pela construção da identidade da tal educação.

Para Ramos, (2004), os pressupostos para uma política de Educação do Campo, são entendidos na perspectiva de que o campo é concebido como um espaço rico e diverso, ao mesmo tempo produto e produtor de cultura.

A Educação do Campo representa de fato a “insurreição dos saberes”, conforme expressado por Paladin Júnior, (2004). É, portanto, feita de diálogos entre os lugares, um movimento que enfrenta a cultura vigente ao propor mudanças de valores. No entanto, pensamos que existe um movimento no próprio sentido da aprendizagem, já que a escola não se faz o único local de socialização do conhecimento, das dinâmicas e dos processos que levam à construção dos saberes. Tal compreensão se faz presente no ideário dos Sem Terras, já que o assentamento é a escola e a escola é o assentamento.

A Educação do Campo se constitui a partir de uma contradição, que é a própria contradição de classe no campo: existe uma incompatibilidade de origem entre a agricultura capitalista e a Educação do Campo, exatamente porque a primeira sobrevive da exclusão e morte dos camponeses, que são os sujeitos principais da segunda (CALDART, 2002), logo a Educação do Campo vem como um instrumento a ser utilizado contra a agricultura capitalista, materializada no agronegócio. A Educação do Campo compreende um conjunto de políticas públicas que contribuem para o desenvolvimento do território camponês, pois ao contrário do território capitalista

(baseado apenas na produção de mercadoria, na monocultura, ou seja, baseado apenas no viés econômico).

A educação como política pública não faz parte do interesse do agronegócio, porque esta dimensão territorial não faz parte do seu modelo de desenvolvimento, já para o campesinato a educação como política pública é essencial para o desenvolvimento de seus territórios (FERNANDES, 2005).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Acampamento Dalcídio Jurandir, um território disputado acirradamente por dois campos constituídos de sujeitos antagônicos. De um lado camponeses migrantes Sem Terra, desterritorializados de suas origens, especialmente do nordeste brasileiro, e do outro: fazendeiros do agronegócio munidos de capital, e com a cumplicidade dos governos e das leis, num processo contraditório e desigual, que incorpora violências diversas. Essa experiência revela a materialidade do significado do “resistir para existir”, título de um dos itens desse trabalho, marcando que a necessidade de garantir territórios para a existência camponesa na Amazônia, tem se dado muito fortemente no que chamamos de luta pela terra e território. Dois fortes sujeitos se enfrentam: o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e Latifundiários. Sistematizar e estudar a trajetória das famílias no Acampamento Dalcídio Jurandir nos revelou muitas descobertas e conhecimentos importantes, sobre o território e sobre a Escola Carlito Maia, duas histórias e trajetórias que se articulam.

A escola é parte de um sonho coletivo das famílias, uma vez que ela representa um local importante de construção de conhecimentos para os filhos das famílias que lutam pela terra. Educação para estes sujeitos é parte dos direitos sociais, assim a escola é um sonho por que a presença dela funcionando, é a materialização do direito de estudar, do direito do acesso a educação. Sendo sonho, todos se envolvem na construção dela, desde conseguir o material para erguer a escola até o trabalho voluntário de dar aula quando não tem professor. Dito isto observamos que a trajetória e história da formação da escola se entrelaça com a história do próprio Acampamento Dalcídio Jurandir, e da projeção que os moradores têm do projeto de educação nesta escola (Moreira *et al.*, 2017).

Por ser parte do desejo de todos a escola tem muitos significados para os e as acampadas, representa o acesso a educação dos filhos, as vezes chamada carinhosamente de escolinha dentro da comunidade, por entender que foi uma construção partilhada com todas as famílias, seu caráter simples, coletivo, e com a esperança que os órgãos públicos a reconheçam e a torne uma instituição oficial beneficiada com estrutura e recursos humanos e materiais, com todas as condições necessárias para atender com qualidade a sociedade local. Mas antes de qualquer coisa a escola é uma referência de continuidade, de permanência das famílias que não

precisarão sair em busca da educação em outras localidades. Assim ela é imperativamente um potente elemento de permanência na terra, portanto podemos dizer que é ponto forte de territorialização camponesa, inclusive é referência para quase tudo na comunidade, acolhedora de muitos eventos: reuniões, festas, campanhas, etc..

De acordo com o estudo de Moreira *et al.*, (2017), embora haja dificuldades de obtenção de recursos de verba pública, tal como a do município de Eldorado dos Carajás, a escola foi materializada em meio a piso de chão batido, telhados de “Brasilit”, móveis quebrados e sem conforto, e que houve uma mobilização dos acampados, sua maioria dos mais jovens do acampamento, que melhoraram de forma gradual e de forma considerável a estrutura da escola, e instalação desse local para educação.

Também é possível inferir que hoje temos muitos profissionais de diferenciadas profissões que passaram pela escola, e que viram na educação uma saída para melhores condições de vida. Temos professores, advogados, técnicos em agropecuária, técnicos de enfermagem, entre outros.

Dessa maneira temos como resultados iniciais, a confirmação da escola como espaço fundamental para a territorialização das família assentadas; por suas múltiplas significações. A presença da escola no Acampamento Dalcídio Jurandir, garante mesmo fora ou independentemente das políticas públicas, e dentro de um território transgressor o acolhimento das crianças em processos pedagógicos com educadores voluntários, e de acolhimento das famílias em processos de reunião, discussões coletivas. É lá onde a comunidade decide suas principais demandas, transformando-as em pautas para discutir com Prefeitura e suas secretarias; governo do Estado e governo Federal. Isso marca sua importancia no território.

Outro aspecto é que ela carrega consigo o pertencimento da luta pela terra, a valorização de nossos saberes tradicionais e ancestrais, passados de geração em geração, conhecimentos esses que não podemos deixar perder de vista, para não se esquecer de quem somos de onde viemos e aonde queremos chegar.

Lutar pela terra como espaço de reprodução da vida e lutar pela escola como reprodução da cultura na conhecida região de Carajás, é um determinante presente na incidência de sujeitos coletivos, como aqueles do MST, Sindicatos de Trabalhadores (as) Rurais e sua Federação: FETAGRI, além de fazer parte da principal reivindicação das inúmeras comunidades camponesas, quilombolas, indígenas amazônidas. A

escola sempre foi iniciativa primeira das comunidades, e estas vão aos poderes locais reivindicá-la. Verbalizam *ESCOLINHA* pelo que representa, pelo significado, que esperam, o sonho que esperam tornar realidade. Nesse sentido essas organizações camponesas a partir de suas lutas fizeram nascer a Educação do Campo, como proposta cuja a educação ali elaborada se articula com as práticas socioculturais daqueles povos. Essa modalidade de educação conta hoje com um conjunto de diretrizes e legislações, que ainda carecem muito de empenho das autoridades locais para se materializar de fato e de direito. Terra e Educação são direitos das populações do campo, águas e florestas.

Como já dizia o poeta Pedro Terra: “A liberdade da Terra não é assunto de lavradores. A liberdade da Terra é assunto de todos quantos se alimentam dos frutos da Terra.”.

## REFERÊNCIAS

### FONTES ORAIS:

Carlos Eduardo Souza Alves, 16 anos, ex-aluno da Escola Carlito Maia

Maria Osmarina Oliveira de Sousa, viúva, acampada, 63 anos, mãe de 05 filhos.

Mateus Sousa de Oliveira, acampado.

Neci Gomes de Sousa, acampada, 42 anos, mãe de 3 filhos.

### BIBLIOGRAFIA UTILIZADA:

AFONSO, José Batista Gonçalves. **O massacre de Eldorado dos Carajás e a luta do Movimento camponês pela terra no sul e sudeste do Pará** - Marabá: UNIFESSPA/PDTSA [s. n.], 2016. Dissertação de Mestrado.

BARBALHO, Alexandre de Almeida. **O MST e a chacina de Eldorado dos Carajás na imprensa portuguesa**. Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF ISSN 1981- 4070. Vol.14 nº2. 2014.

BARBOSA, C. **25 anos após o Massacre de Eldorado do Carajás, violência no campo dispara no Brasil**. Brasil de Fato, Belém, Pará, 17 de abril de 2021.

**Justiça adia reintegração de posse em Acampamento Dalcídio Jurandir**. Brasil de Fato, Belém – PA, 08 de Novembro de 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/11/08/justica-adia-reintegracao-de-posse-em-acampamento-dalcidio-jurandir-no-para>. Acesso em jun/ 2022.

BARREIRA, César. **Crônica de um massacre anunciado**. Eldorado dos Carajás. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 137.

BEZERRA, Lucas. **A questão agrária brasileira no pensamento de Caio Prado Júnior**. In: Argum., Vitória, v. 11, n. 1, p. 200-212, jan./abr. 2019. | ISSN 2176-9575 Disponível em: [http://www.site-seer,+17+TL+19754+\(p.+200-212\).pdf](http://www.site-seer,+17+TL+19754+(p.+200-212).pdf) Acesso em: 30/Abr/2023.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em 10 de junho de 2022.

BRASIL. **Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional (LDBEN) Lei Nº 9394**. Brasília, DF: 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) Acesso em: 10 de junho de 2022.

BRASIL. **PRONACAMPO, Programa Nacional de Educação do Campo, Mistério da Educação – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; SECADI**, Brasília, DF. 2013. Disponível: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=1321](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1321)

4documento-orientador-do-pronacampo-pdf&Itemid=30192 Acesso: 30 de abril de 2023.

CRUZ NETO, Raimundo Gomes. **Arnaldo Delcídio Ferreira, assassinado pelo latifúndio em Eldorado dos Carajás**. In: Almeida, R. e Sacramento, E. Luta pela Terra na Amazônia: Mortos na Luta pela Terra, Vivos na Luta pela Terra. Ed. dos autores, Santarém-PA, 2022.

CRUZ, F.M.; FAGUNDES, M.C.V. **Educação no Campo e o seu Desenvolvimento**, 2008.

FERNANDES, B, M. **Acampamento**. In. CALDART, R.S. et. al. (orgs.) Dicionário de Educação do Campo. 3ª ed. 3. Reimp. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. P. 21-25.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Reforma Agrária**. In: CALDART, Roseli Salette et al. (org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro,: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

Front Line Defenders, 2019. Disponível em: <https://www.frontlinedefenders.org/pt/organization/dalcidio-jurandir-camp>).

GAMA, Valbianne Thaís Pantoja da Gama. **O Projeto Jovem Ambientalista: Contribuições Da Educação Ambiental Crítica Na Formação Inicial De Professores Ambientalistas Por Meio Da Reflexão-Ação**. Trabalho de Conclusão de Curso, UNIFESSPA. 2022.

GOVERNO FEDERAL/MDA/INCRA. Obteção de Terras [online]. Atualizado em 29/11/2023. Disponível em <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/obtencao-de-terras#> Acesso em 04.04.2024.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ. Laís Mourão. **Escola do Campo**. In: In. CALDART, R.S. et. al. (orgs.) Dicionário de Educação do Campo. 3ª ed. 3. Reimp. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013.

MONTEIRO, Shirles da Silva, e GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O Lugar Do Acampamento Na Historiografia Da Luta Pela Terra No Sudeste Do Pará**. Ciência Geográfica - Bauru - XXIV - Vol. XXIV- (3): Janeiro/Dezembro – 2020. p. 1233-1252 Disponível em: [https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV\\_3/agb\\_xxiv\\_3\\_web/agb\\_xiv\\_3-16.pdf](https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV_3/agb_xxiv_3_web/agb_xiv_3-16.pdf).

MONTEIRO. Chirles da Silva. **EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA CAMPONESA: Os sentidos da educação na luta pela Terra no Sudeste Paraense**. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Universidade Federal do Pará. 2015.

MOREIRA, Edma Silva & Et al. **Diagnóstico das condições produtivas, sociais e de infraestrutura do Acampamento Dalcídio Jurandir (antiga Fazenda Maria**



**Bonita), município de Eldorado dos Carajás – PA.** 2017. Disponível em: <https://www.unifesspa.edu.br/images/banners/2017/DIAGNOSTICODALCIDIOJURANDIR.pdf> Acesso em: 01/11/2023.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Reintegração relacionada à Fazenda Maria Bonita e Três Lagoas.** Disponível em: <https://mst.org.br/2019/09/13/dizemos-nao-ao-despejo-do-dalcidio-jurandir>. Acesso em junho de 2022.

NEPOMUCENO, Eric. **O Massacre: Eldorado dos Carajás, uma história de impunidade.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007, p. 16.

PRESSLER, Gunter Karl. **Dalcídio Jurandir — A Escrita Do Mundo Marajoara Não É Regional, É Universal.** [Online] s/d, s/p. Disponível em: <https://www.dalcidiojurandir.com.br/pdf/estudos-academicos/dalcidio-jurandir-a-escrita-do-mundo-marajoara-nao-e-regional-e-universal.pdf>. Acesso em 07.ago/2022.

SANTOS, Vanessa Costa dos e GARCIA, Fátima Moraes. **O fechamento de escolas do campo no Brasil: da totalidade social a materialização das diretrizes neoliberais.** Kiri-kerê: Pesquisa em Ensino, Dossiê n.4, Vol. 1, out: 2020.

SENA, Laécio Rocha de. **O MST nos Discursos da Mídia Imprensa Marabaense, um olhar a partir dos jornais Correio do Tocantins e Opinião, no ano de 1996.** Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia), Marabá-PA. 2014.

SINTEPP – Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará, **Nota de Apoio ao Acampamento Dalcídio Jurandir, Eldorado dos Carajás, Pará.** 2019.